

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2022

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de Vossas Senhorias o seu Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Contábeis, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

1. A INSTITUIÇÃO

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se por seu Estatuto Social, Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 - Prospecção e Oportunidades de Negócios

No 1.º Semestre de 2022 a Coordenadoria de Prospecção e Oportunidades de Negócios realizou prospecção interna e externa, oferecendo linhas de crédito de acordo com o perfil de cada empreendimento.

O comércio tocantinense está apresentando leve retomada do crescimento econômico, levando as empresas a buscar crédito no mercado financeiro para capital de giro e investimento.

Em fevereiro a Agência participou de evento realizado pelo Núcleo de Acesso ao Crédito da FIETO, na oportunidade foi apresentado a Agência de Fomento do Estado do Tocantins para os empresários reunidos. Durante a palestra a Presidente Denise Rocha apresentou as linhas de crédito e atendeu os empresários. O evento aconteceu na cidade de Palmas - TO.

Neste Semestre, em parceria com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), a Agência de Fomento participou de rodadas de crédito nas cidades de Almas do Tocantins e Marianópolis e participou também do Programa Brasil Para Elas na cidade de Palmas, podendo atender vários micro empreendedores, oferecendo linhas de crédito, proporcionando oportunidades para alavancar os negócios.

No período de abril a junho a equipe de prospecção intensificou ainda mais seu trabalho externo participando de feiras e eventos que envolviam empreendedores de todo Estado do Tocantins, como a Feira da Agrotins e Fenepalmas, oferecendo as linhas de créditos e os benefícios disponíveis na Fomento.

No mês de maio a Agência ofertou as mulheres empreendedoras através do programa mãe mulher empreendedora taxa de juros especiais, a campanha foi um atrativo para mulheres que buscam o crescimento dos seus negócios. O resultado desta campanha foi muito positivo com total de crédito liberado no valor de R\$ 215 (mil), atendendo 06 municípios do Estado

Em junho com a parceria do Sebrae, tivemos a renovação do Fampe (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas), que tem o objetivo de complementar garantias ou insuficiência de aval nas operações de crédito.

A Agência de Fomento tem intensificado o processo de divulgação dos produtos oferecidos, buscando em suas operações aprovar empreendimento rentáveis, oportunizando a concessão do crédito e que consequentemente traz junto a geração de emprego e renda, fortalecendo a economia do estado.

O fechamento do primeiro semestre a Coordenadoria de Prospecção e Oportunidade de Negócios realizou uma média de 301 (trezentos e um) atendimentos, foram protocolados junto a agência um total de 151 (cento e cinquenta e um) propostas de crédito sendo 135 (cento e vinte e nove) liberados, 75 (setenta e cinco) não possuíam avalistas, 26 (vinte e seis) com restrições e 66 (sessenta e seis) não demonstraram interesse no momento. Com isso foram atendidos 40 (quarenta) municípios do estado. Um total de 2.571 (milhões), de recursos liberados neste período, foram destinados ao comércio e serviço, crédito online e microcrédito. Através dos Recursos do Fundo Geral de Turismo - Fungetur a Agência de Fomento liberou um de total de R\$ 222 (mil) em recursos para capital de giro e investimento para compra de insumos e ampliação de serviços prestados, destinado para bares, agencia de viagens, guia de turismo e restaurantes. Sendo distribuídos em 11 (onze) contratos, em 07 (sete) município do Estado tocantinense:

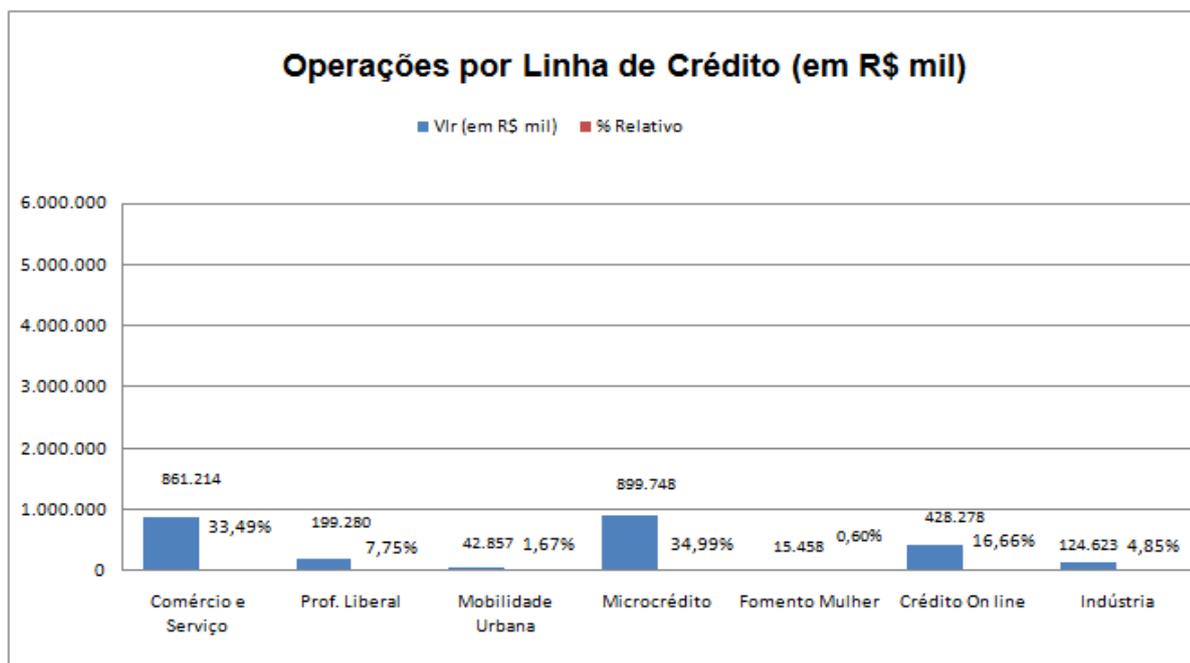
Demonstrativos de tomadas de crédito por região no primeiro semestre de 2022.



O fechamento do 1.º Semestre de 2022, foi positivo quanto a tomada do crédito, a área de prospecção continua desenvolvendo seu trabalho buscando melhorar ainda mais esses resultados, fazendo se presente em eventos, visitas aos clientes, realizando palestras, participando de feiras e fazendo atendimento presencial.

2.2– Operações de Crédito – Recurso Próprio

Neste primeiro Semestre de 2022 a Agência de Fomento em consonância com o Governo do Estado, esteve presente em **33** Municípios e liberou **um total de R\$ 2.571 (milhões)0** do recurso próprio da Fomento com **124** contratos em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo os mais diversos segmentos como comércio, prestação de serviços, pequena indústria, mobilidade urbana e o profissional liberal do Estado, impulsionando a economia tocantinense e contribuindo na manutenção de receitas e gerando empregos em meio estabilidade da economia. Assim distribuídos em linhas de créditos e cidades conforme gráfico e tabela abaixo.



Liberações por cidades.

PRIMEIRO SEMESTRE (01 A 06) 2022 - RECURSO PRÓPRIO

N.º	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	QTDE PROCESSOS	VALOR LIBERADO
1	ANANAS	1	6.198,74
2	ARAGUAÍNA	15	194.306,06
3	ARAGUAÇU	1	15.458,30
4	BABAÇULANDIA	1	83.130,05
5	CASEARA	1	5.167,74
6	CHAPADA DA NATIVIDADE	1	10.312,21
7	COMBINADO	2	64.640,95
8	FATIMA	1	12.372,41
9	GURUPI	12	131.986,94
10	LAGOA DO CONFUSÃO	1	62.364,46
11	LIZARDA	1	8.254,81
12	MIRACEMA DO TOCANTINS	3	52.726,02
13	MIRANORTE	1	5.168,44
14	NATIVIDADE	2	8.277,49
15	PALMAS	56	1.103.067,22
16	PEDRO AFONSO	1	126.596,29
17	PEIXE	1	12.371,78
18	PUGMIL	1	23.691,24
19	PORTO NACIONAL	3	77.149,31
20	RIO SONO	2	44.841,37
21	SÃO FELIX DO TO	2	20.626,19
22	SILVANÓPOLIS	1	18.544,93
23	AXIXA DO TO	1	20.604,61
24	BARRA DO OURO	1	10.312,95
25	DUERÉ	1	31.178,50
26	FORMOSO DO ARAGUAIA	3	32.987,62
27	ITAGUATINS	1	14.430,91
28	MARIANÓPOLIS	1	8.256,06
29	MATEIROS	1	31.175,25
30	PONTE ALTA DO TO	2	20.627,23
31	TAGUATINGA	1	6.198,05
32	TOCANTÍNIA	1	282.683,37
33	XAMBIOA	1	25.750,26
TOTAL GERAL		124	2.571.457,76

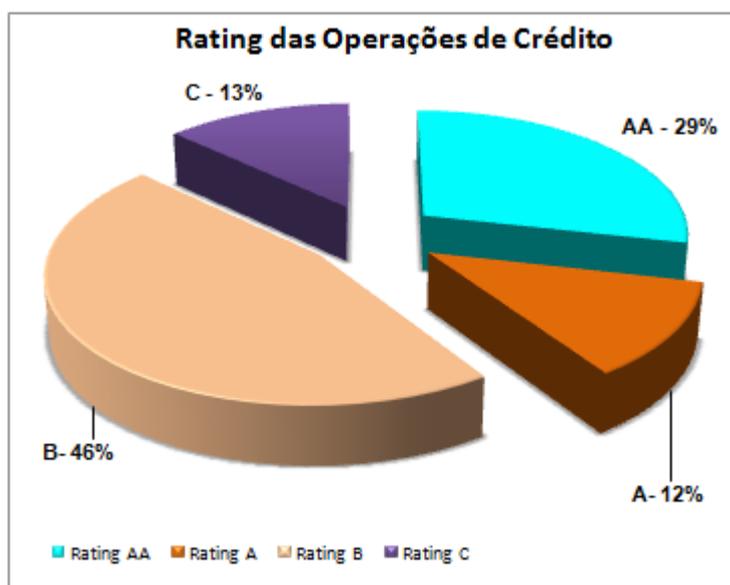
Do montante analisados e liberados entre janeiro a junho/2022 foi registrado uma média de liberações de R\$ 21 (mil) por empreendedor. Do total de liberações, **33,49%** foi destinado para a linha Comércio e Serviços, **34,99%** para o Microcrédito, a fatia de **16,65%** foi destinado as linhas do "Crédito online", para linha Mobilidade urbana **1,67%**, para a linha do Profissional Liberal **7,75%**, no final primeiro semestre iniciamos com a **linha Fomento Mulher** que ficou com a fatia de **0,60%** e ainda teve liberação para **indústria** num total de **4,85%** totalizando os 100% das liberações deste primeiro semestre de 2022.

2.3– Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito

A taxa média de juros para o primeiro semestre de 2022, ficou em **2,20%** a.m, considerado as medidas e critérios adotados pela Instituição para atender os empreendimentos tocantinense que apresentaram restrições financeira no período que abrange a pandemia conforme Normas e Resoluções vigentes. O prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 32 meses. Do montante, R\$ 2.571 (milhões), **99,48%** das liberações de crédito foram liberados com carência e **0,52%** sem carência.

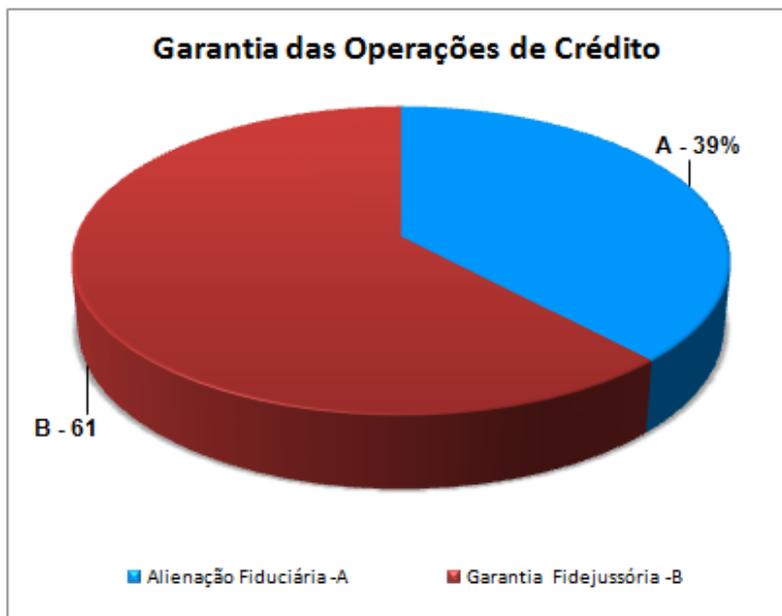
2.4– Rating das Operações de Crédito

Para as operações liberadas no primeiro semestre de 2022 os Rating ficaram assim distribuído: **29%** estão classificadas no nível de risco "**AA**", 12% estão no nível de risco operacional "**A**", 46% da fatia foram liberados com risco inicial "**B**" e o percentual de **13%** para as operações de crédito liberadas classificadas inicialmente com o nível de risco "**C**", conforme gráfico abaixo.



2.5– Garantias das Operações de Crédito

Das garantias ofertadas para o recurso próprio no primeiro semestre de 2022, obtiveram os resultados de: R\$ 978 (mil) com **39%** das operações estão concentradas em Alienação Fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos) como garantia das operações e, R\$ 1.593 (milhões) com **61%** das operações, estão concentradas nas garantias Fidejussória - Aval



2.6– Operações de Crédito com Recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR

Agência de Fomento através do amparo do recurso de terceiro - FUNGETUR, liberou no primeiro semestre de 2022, um total de **R\$ 222 (mil)** em operações de crédito, atendendo **6 (seis)** municípios do Estado conforme descrito na tabela abaixo, totalizando **11 (onze)** contratos, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo as necessidades do segmento de Turismo tocantinense, com prazos, carência e taxa de juros conforme as regras do Fundo.

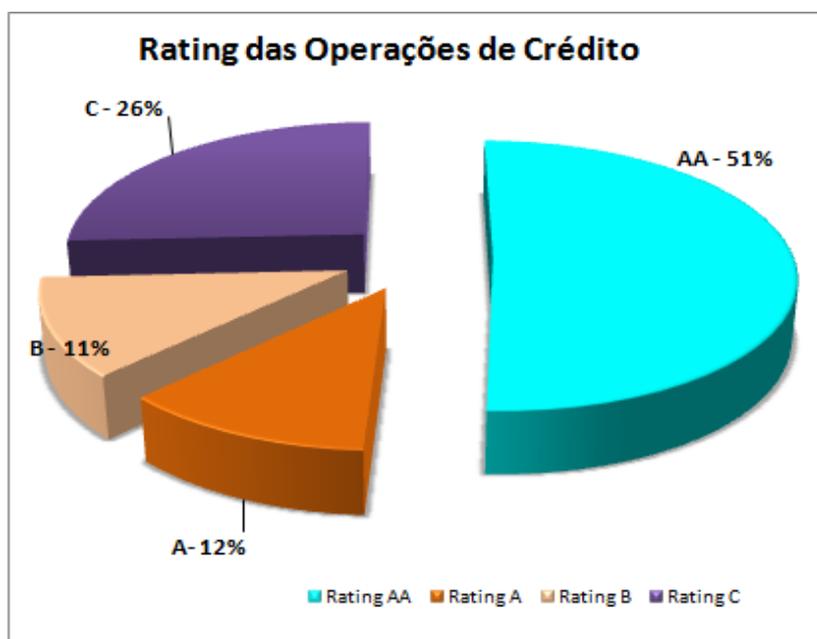
PRIMEIRO SEMESTRE 2022 - FUNGETUR/TURISMO

N.º	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	QTDE PROCESSOS	VALOR LIBERADO
1	PALMAS	6	115.624,99
2	GURUPI	1	26.041,66
3	NOVA ROSALANDIA	1	12.500,00
4	MATEIROS	1	26.041,66
5	MIRANORTE	1	10.416,67
6	SÃO FELIX DO TO	1	31.657,49
TOTAL GERAL		11	222.282,47

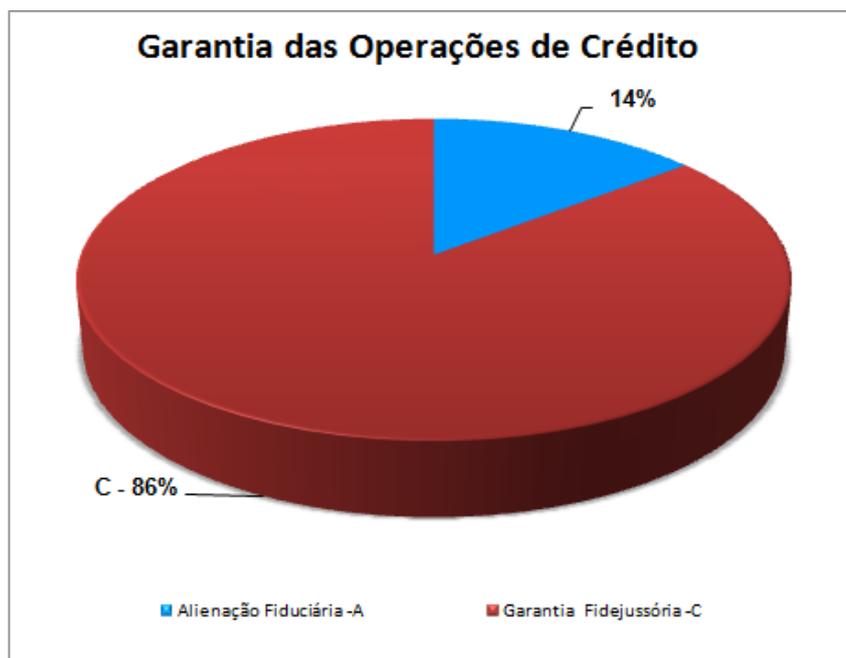
Do montante analisados e liberados entre janeiro a junho/2022, de **projetos** como: agência de viagem, restaurantes, bares com entretenimento, casa de chás e lanchonetes que estão enquadrada nos moldes do recurso, foi registrado uma média de liberações de **R\$ 20 (mil)** por empreendedor.

O prazo médio de amortização das operações de crédito para este semestre foi de 42 meses. Do montante, de R\$ 222 (mil) foram liberados 100% com carência mínima de 6 (seis) meses, de acordo com as regras do Fundo - FUGETUR.

Os **Rating** das operações de crédito liberadas no primeiro semestre de 2022 com recursos de Terceiro/Fungetur, ficaram em: **51%** classificadas no nível de risco inicial **"AA"**, **12%** estão no nível de risco **"A"**, **11%** no nível **"B"** e **26%** do total estão classificadas no nível de risco inicial **"C"** conforme gráfico.



Quantos as garantias ofertadas nas operações de crédito com recursos de terceiros, **14%** delas estão garantidas em Alienação Fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos) como garantia das operações e, **86%** das operações, estão concentradas nas garantias Fidejussória - Aval neste semestre de 2022.



2.7- Operações de Crédito com Recursos do FDES - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social

No primeiro semestre de 2022 a Agência de Fomento liberou através do recurso do Fundo -FDES, um total de **R\$ 788 (mil)** em operações de crédito, distribuídos entre, **Crédito Popular e agricultura familiar** destinado como Crédito emergencial para MEI e pessoa física com atividade informal com e sem restritivos no período que abrange a pandemia, atendendo os principais municípios do Estado melhorando as condições de negócio para esse público. Do montante analisados e liberados considerando o retorno da linha a parti de abril a junho de 2022, foi registrado uma média de liberações pulverizado de R\$ 7 (mil) por operação dos **123** contratos liberados com média de prazo de **34** meses.

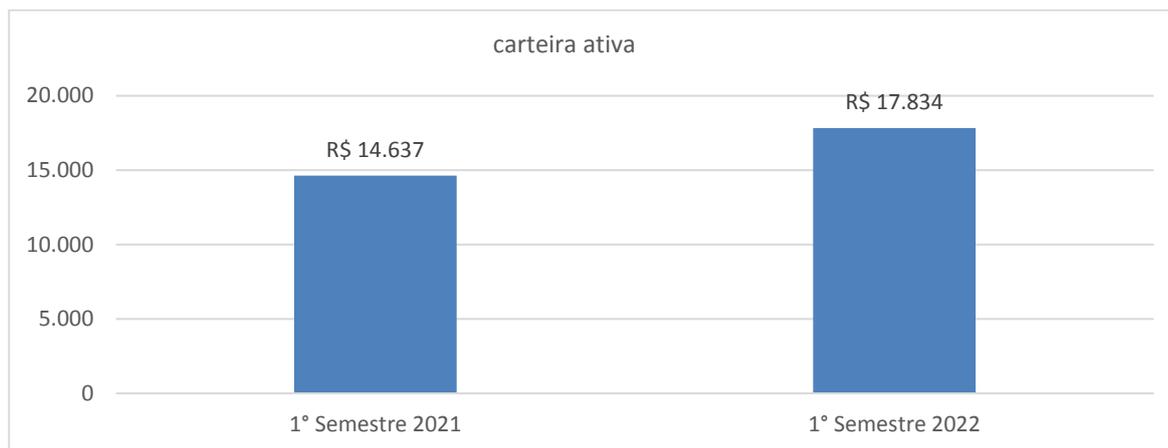
2.8 - Análise de Crédito Geral

À Agência de Fomento em Consonância com o governo do Estado, vem cada vez mais percebendo às necessidades do empreendedor Tocantinense, com essa percepção, planejamos novas estratégias mais adequada para cada projeto e município a ser atendido, através do acesso ao crédito menos burocrático, buscamos atender com maior flexibilidade os diversos segmentos do comércio tocantinenses, principalmente aos micro empreendedores e pequenas empresas, sempre viabilizando a manutenção da renda e geração de emprego do Estado, de forma responsável e consciente.

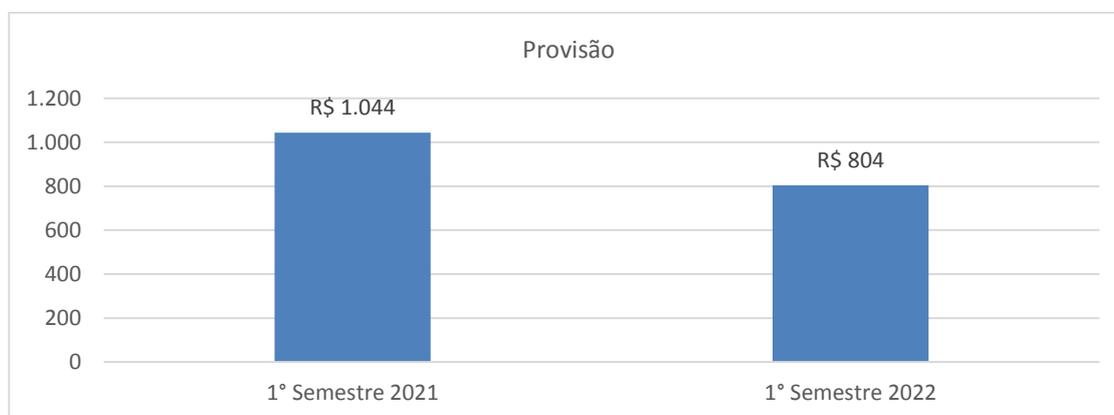
Foi elaborado uma forma sistemática mais ágil, e menos burocrática de Análise de crédito desta Agência, atento com às atividades que se expõe ao menor risco de inadimplência nas operações de crédito, estando em conformidade com a Política Operacional da Instituição.

3. GESTÃO DE CRÉDITO

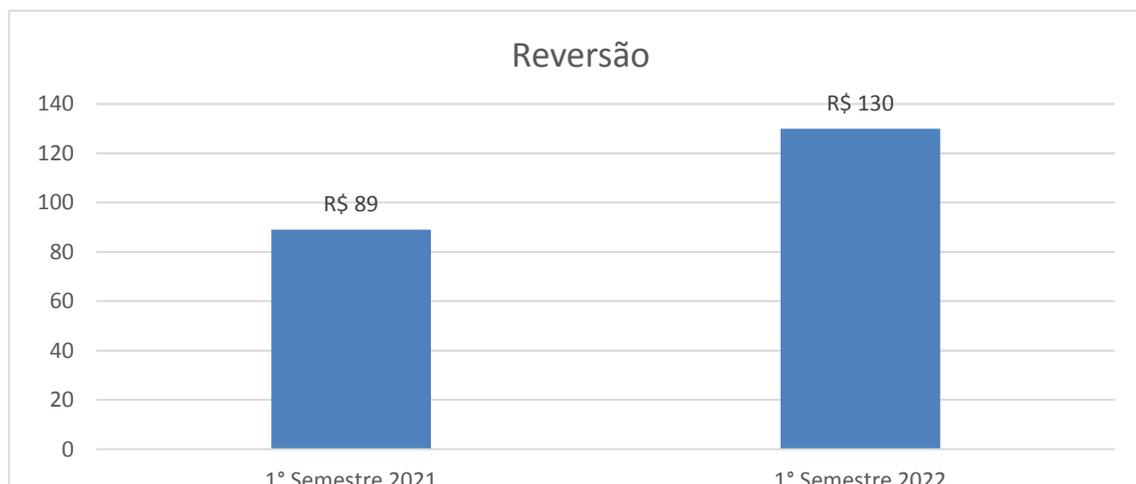
No 1º semestre de 2022 a carteira ativa (saldo de créditos a receber, excluindo os prejuízos) ficou em R\$ 17.834 (milhões), havendo um aumento de R\$ 3.197 (milhões), em comparação ao 1º semestre de 2021 que fechou em R\$ R\$ 14.637 (milhões).



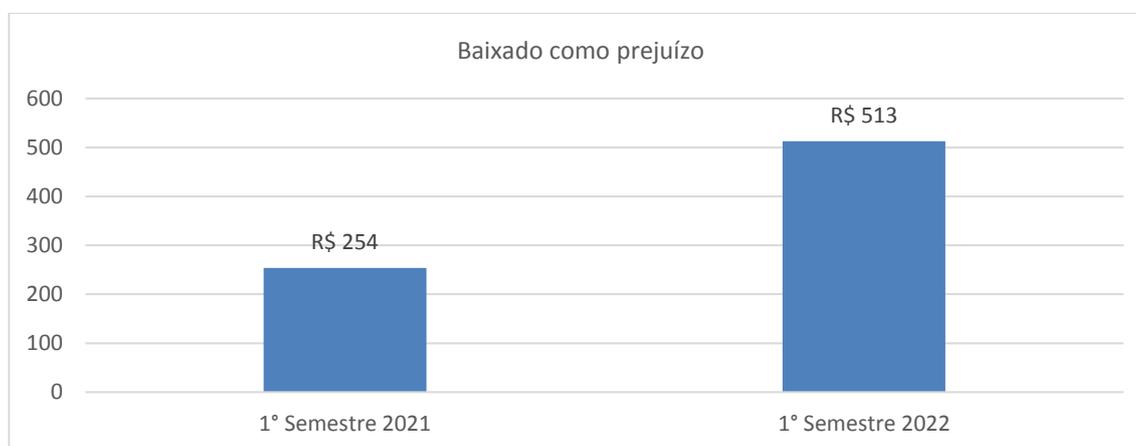
O provisionamento no semestre é contabilizado Despesa de Provisão relativo as operações de Créditos, encerrando o período no valor de R\$ 804 (mil), sendo a média mensal de R\$ 134 (mil), havendo uma redução de R\$ 240 (mil) em comparação ao 1º semestre de 2021. Em alguns contratos alcançou-se êxito na cobrança por vias administrativas, quer seja no recebimento de parcelas vencidas ou renegociação do crédito, em outros não se obteve êxito nas cobranças por vias normais, os quais são enviados à Coordenadoria Jurídica para mover ação de execução judicial, buscando o recebimento de tais dívidas por vias judiciais. A Despesa de Provisão só é revertida quando ocorre o pagamento parcial ou integral da dívida, ou o pagamento das parcelas de uma renegociação.



A Reversão de Provisão das Operações de Crédito totalizou em R\$ 130 (mil), resultado positivo, fruto de recebimentos efetivos de créditos inadimplentes que estavam provisionados, porém ainda não baixados como prejuízos. O valor recebido impacta na receita da Agência.



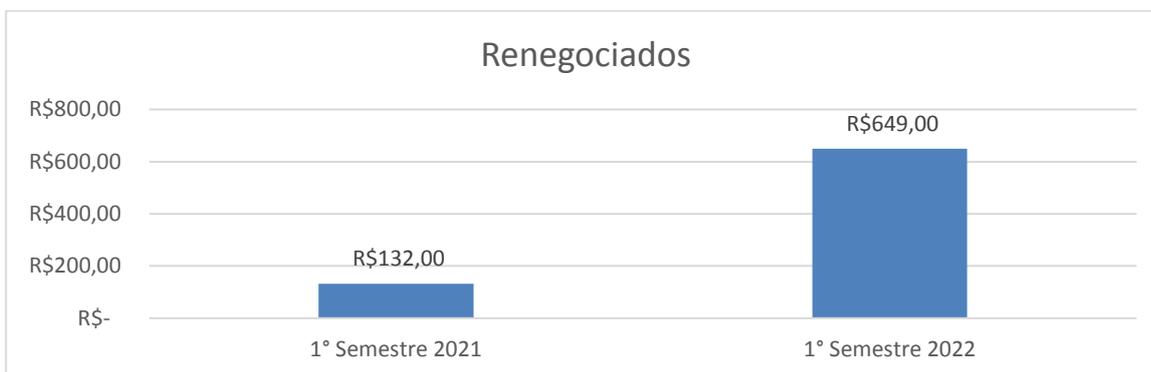
A Carteira de Créditos Baixados como prejuízo com atrasos superiores a 360 dias, registrou um montante de R\$ 513 (mil), mas apesar de baixadas em prejuízo, continuam em processo de cobrança e ou ajuizamentos.



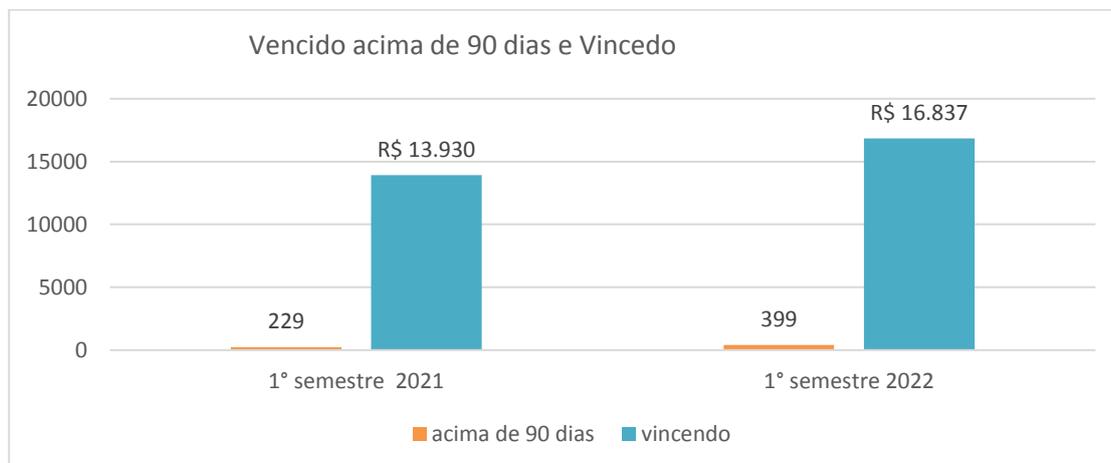
Dos créditos que foram baixados como prejuízos foram recuperados R\$ 107 (mil). Sendo 25% maior que o resultado do semestre anterior. Esse resultado positivo é fruto de recebimento dos créditos ajuizados e realizado acordo. Os recebimentos desta carteira são bastante significativos para a Instituição, por serem considerados como receita líquida no resultado geral do período.



Os créditos renegociados ficaram em R\$ 649 (mil). O valor renegociado foi maior em comparação ao 1º semestre de 2021, o qual corresponde a 392% maior. As renegociações também evidenciam a boa gestão do crédito, por se tratar de créditos que estavam ou poderiam ficar inadimplentes, porém, ao renegociar, renovam-se as chances de recebimento das novas composições de dívida.



O saldo das parcelas vencidas até 60 dias fechou em R\$ 461 (mil), vencidas até 90 dias R\$ 137 (mil), vencidas acima de 90 dias R\$ 399 (mil). Parcelas vincendas R\$ 16.837 (milhões). Baseado na resolução nº 2682 de 1.999 do Banco Central, vigente, o parâmetro para mensuração da inadimplência total acima de 90 dias, considera-se os saldos vencidos + vincendos, que neste semestre somou um saldo de R\$ 17.834 (milhões).



No 1º primeiro semestre 2022 o índice de inadimplência acima de 90 dias fechou com média **2,18%**.

Processo encaminhado para Gerência Jurídica

Neste 1º semestre 2022, foram encaminhados para o departamento jurídico afim de promover execução judicial de crédito inadimplentes 126 processos.

Medidas Adotadas para mitigação do processo de cobrança e recuperação de crédito.

A Agência de Fomento tem realizado de forma rigorosa o trabalho da cobrança, procurando resgatar os recursos liberados.

As formas que estão sendo utilizadas para realizar este acompanhamento são:

- ✓ Ligações telefônicas informando sobre o debito.
- ✓ Avisos de vencimentos;
- ✓ Prestar aos clientes informações/comunicações prévias sobre a situação contratual de financiamentos firmados com a Fomento, inclusive sobre a data de vencimento e o valor das prestações a vencer;

Rotinas Adotadas:

- ✓ Fazer um acompanhamento dos clientes em atrasos em ordem decrescente de valor vencido e entrar em contato por telefone e visitas ao estabelecimento;
- ✓ Acompanhar e conciliar diariamente as liquidações e inadimplências das operações de créditos negociadas e renegociadas;
- ✓ Manter levantamento atualizado da inadimplência na Instituição;

O processo de cobrança origina-se a partir de informações geradas no Relatório de Créditos Vencidos, referentes a parcelas vencidas e com pagamentos em atraso, que será distribuído aos integrantes da Gestão de Crédito.

Esta fase inicia-se nos 1º dia depois do vencimento do crédito, quando se concentra o esforço de abordagem direta do cliente, por telefone (ligações e mensagens) e se necessário através de visita, objetivando a efetiva recuperação do débito vencido. Se as cobranças não resultarem no recebimento dos débitos, serão adotadas as seguintes medidas:

A partir 1º dias atraso

Informar ao cliente sobre o debito existente, solicitar uma previsão de regularização do mesmo.

A partir 21º dias atraso

Informar ao cliente que caso ele não regularize o debito será promovida a inscrição dos devedores, no SPC, no SERASA e Protesto.

A partir 31º dias atraso

solicitar ao cliente, aos avalistas e aos fiadores o pagamento do débito e relatando a próxima providência será o encaminhamento ao Departamento Jurídico.

A partir do 61º

a partir de então será encaminhado a Gerência Jurídico, para cobrança judicial,

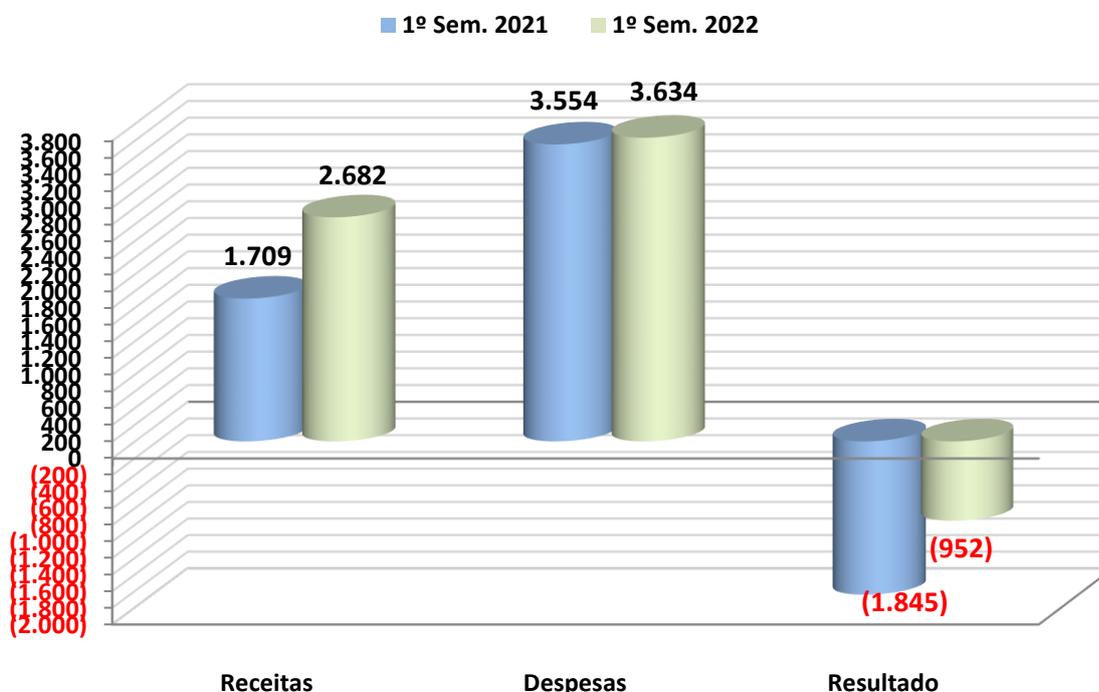
A Gestão de crédito tem uma grande preocupação com os clientes que ficam inadimplentes a partir de 01 dia de atraso. Para segundo semestre de 2022 empregaremos uma ação de recuperação de crédito com os inadimplentes e as operações em prejuízo.

Sendo assim, conclui-se que a Gestão de Crédito vem buscando recuperar prejuízos, cobrar a carteira ativa inadimplente e a prevenção de possíveis atrasos que venham a prejudicar a receita da Agência.

De forma geral, referente aos índices da Gestão de Crédito supra mencionados, a Agência de Fomento vem obtendo resultados satisfatórios na retomada da inadimplência.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

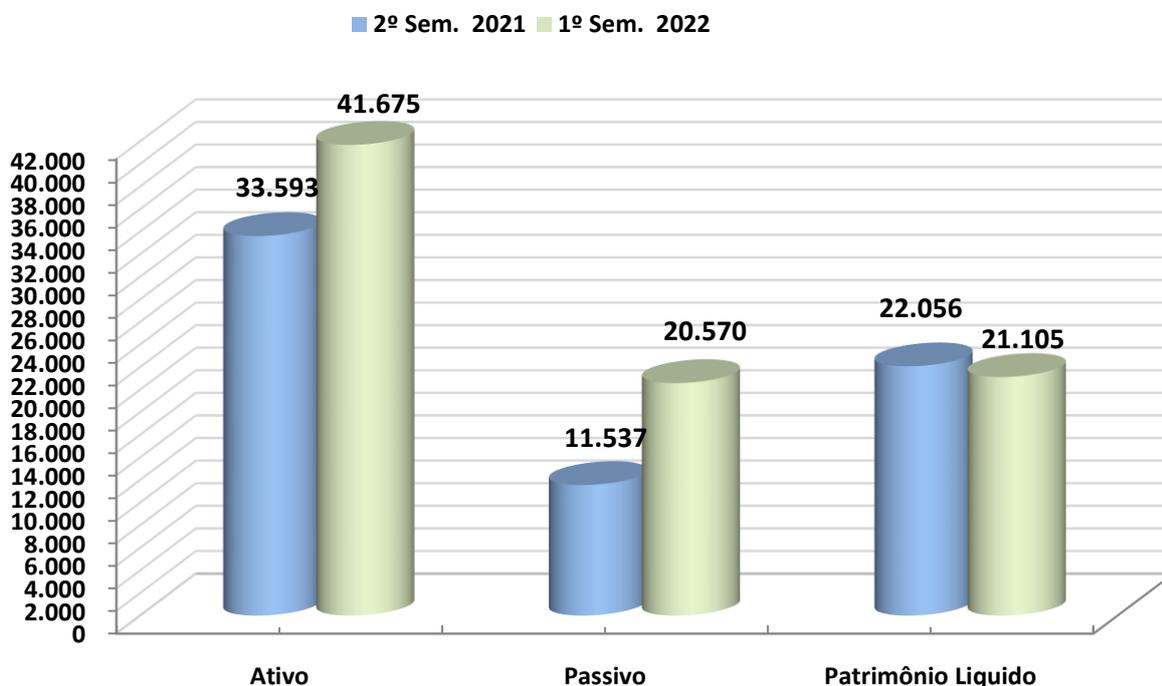
Resultados Econômico-Financeiros (R\$ Mil)



As receitas do semestre totalizaram R\$ 2.682 (milhões) e as despesas R\$ 3.634 (milhões), o resultado líquido acumulado do primeiro semestre de 2022 foi um prejuízo de R\$ 952 (mil), este resultado em prejuízo representa basicamente a conta contábil de provisionamento patrimonial, que o valor é estritamente contábil. Hoje representando R\$ 916 (mil) deste resultado, além da receita ainda não estar nos patamares desejados, uma vez que estimamos uma carteira ativa aproximada de R\$ 45 (milhões) para que a receita supere as despesas, atualmente a carteira ativa é de R\$ 17,8 (milhões).

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 695 (mil). Ao final do semestre, o saldo das aplicações alcançou o valor de R\$ 22.371 (milhões), estando R\$ 16.996 (milhões) aplicados em Fundos de Investimento e R\$ 5.375 (milhões) em Títulos de Renda Fixa (LFT).

Balanço Patrimonial (R\$ Mil)



Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R\$ 41.675 (milhões). Os seus principais componentes são as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 22.371 (milhões), correspondente a 54%, carteira ativa de operações de crédito com um montante de R\$ 15.358 (milhões) sem as provisões equivalentes a 37% e 9% sendo de outros ativos (outros créditos, vendas de ativos não financeiros e imobilizado).

O Passivo Circulante somou R\$ 12.002 (milhões), sendo obrigações por repasses a instituições oficiais e outras obrigações, tais como: funcionários, impostos, contingências e fornecedores. Já o Passivo não Circulante R\$ 8.568 (milhões) referente a obrigação por repasses a instituições oficiais.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R\$ 21.105 (milhões), tendo em sua composição: R\$ 41.411 (milhões) de Capital Social subscrito, R\$ 41.301 (milhões) Capital Social integralizado, R\$ 110 (mil) Capital a Realizar, R\$ 153 (mil) de Reserva Legal e R\$ 20.349 (milhões) de prejuízo acumulado desde o exercício 2011.

4.1 – Venda de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A - Prédio Comercial no valor de R\$ 2.011 (milhões), havendo sinal de pagamento no mês de novembro de 2021 a título de formalização de intenção da operação, no valor de

R\$ 500 (mil) e o saldo restante dividido em parcelas anuais, corrigida de forma anual pela taxa SELIC sobre o saldo devedor.

B - Apartamento 403 Bloco A no valor de R\$ 99 (mil), havendo sinal de pagamento no mês de dezembro de 2021 a título de formalização de intenção da operação, no valor de R\$ 20 (mil) e o saldo restante dividido em parcelas mensais, corrigida de forma anual pela taxa SELIC sobre o saldo devedor.

Esses bens se encontram com pacto adjeto de alienação fiduciária a favor da Agência de Fomento, em garantia ao pagamento da dívida decorrente na venda dos imóveis acima, bem como do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais ou legais, pecuniárias ou não.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste semestre foram realizados procedimentos para realização do concurso público, dentre deste a realização de reuniões com entes que farão parte desse processo, além de estruturação e aprovação da nova estrutura funcional voltada para o concurso.

Na área operacional, dando continuidade a prospecção de crédito, foram realizadas visitas nos municípios, eventos com entidades de classe, como a FIETO, SEBRAE, além de parcerias com Secretarias de Estado como SICS, Ruraltins entre outros, onde foram finalizado contratações de crédito com clientes.

A preocupação da DIREX continua voltada para o resultado da instituição, mas sem perder o foco na pulverização do crédito, recuperação de inadimplência e na busca de recursos para alavancar as receitas.

6. RECONHECIMENTOS

A Diretoria Executiva agradece o apoio, a confiança e a colaboração do Governo do Estado e dos demais acionistas, bem como do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que foram fundamentais para o andamento das atividades. Finalmente, agradece também aos funcionários que de forma consciente abraçaram o desafio das novas diretrizes para se fazer cumprir a missão da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

Palmas - TO, 19 de agosto de 2022.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Diretora-Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS

Diretor Operacional

✓ **Demonstrações financeiras e notas explicativas**
Semestre findas em 30 de junho de 2022

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30/06/2022	31/12/2021	PASSIVO	Notas	30/06/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		26.848	18.606	CIRCULANTE		12.002	2.341
DISPONIBILIDADES	4	68	22	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	10	1.331	1.091
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4/5	16.997	8.602	Fungetur		1.331	1.091
Cotas de Fundos de Investimento		16.997	7.277	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	10.671	1.250
Títulos de Renda Fixa - LFT - Vinculados ao Bacen		-	1.325	Cobrança e Arrecadação		1	1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	6.176	5.779	Fiscais e Previdenciárias		151	189
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		8.653	8.096	Diversas		519	1.060
(-) Provisão para Operações de Crédito		(2.477)	(2.317)	Dotação p/ Aumento de Capital		10.000	-
OUTROS CRÉDITOS	7	3.537	2.032				
OUTROS VALORES E BENS	8	70	2.171				
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda		-	2.111				
Outros Bens		70	60				
NÃO CIRCULANTE		14.827	14.987	NÃO CIRCULANTE		8.568	9.196
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.557	14.657	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	10	8.568	9.196
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	5.375	4.268	Fungetur		8.568	9.196
Títulos de Renda Fixa - LFT - Vinculados ao Bacen		5.375	4.268				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	9.182	10.389	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.105	22.056
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		9.182	10.389	CAPITAL SOCIAL	12.a	41.301	41.300
INVESTIMENTOS		1	1	De Domiciliados no País		41.411	41.411
IMOBILIZADO	9	263	320	(-) Capital a Realizar		(110)	(111)
Imobilizações de Uso		1.639	1.639	RESERVAS DE LUCROS		153	153
(-) Depreciações Acumuladas		(1.376)	(1.319)	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	12.b	(20.349)	(19.397)
INTANGÍVEL		6	9				
Ativos Intangíveis		51	51				
(-) Amortizações Acumuladas		(45)	(42)				
Total do Ativo		41.675	33.593	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		41.675	33.593

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações de Resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
		1º Semestre	1º Semestre
		30/06/2022	30/06/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
	13	2.178	1.232
Operações de Crédito		1.483	1.040
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	695	192
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
	14	(898)	(962)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(719)	(955)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		108	87
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		(287)	(94)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.280	270
(-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.232)	(2.115)
Despesas de Pessoal e Honorários	15	(1.336)	(1.455)
Outras Despesas Administrativas	16	(933)	(809)
Despesas Tributárias		(131)	(91)
Outras Despesas Operacionais		(90)	(55)
(+) Receitas de Prestação de Serviços		232	284
(+) Outras Receitas Operacionais		26	17
Despesas Provisões Passivas		-	(6)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(952)	(1.845)
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	12.b	(952)	(1.845)
Nº de ações do capital social realizado		6.000.000	6.000.000
Resultado líquido por ação (lote de mil ações)		(0,1587)	(0,3075)
Valor patrimonial das ações (lote de mil ações)		3,5175	3,6760

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.
CNPJ nº 05.474.540/0001-20
Demonstrações de Resultado Abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021
 (Em milhares de reais)

	Notas	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		<u>1º Semestre</u>	<u>1º Semestre</u>
		<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
RESULTADO LÍQUIDO	12.b	(952)	(1.845)
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		(952)	(1.845)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros - Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		39.996	153	(16.307)	23.842
Resultado do Período				(1.845)	(1.845)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021		39.996	153	(18.152)	21.997
MUTAÇÕES DO PERÍODO		-	-	(1.845)	(1.845)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		41.300	153	(19.397)	22.056
Integralização de Capital		1			1
Resultado do Período	12.b			(952)	(952)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	12.a	41.301	153	(20.349)	21.105
MUTAÇÕES DO PERÍODO		1	-	(952)	(951)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
		1º Semestre	1º Semestre
		30/06/2022	30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período	12.b	(952)	(1.845)
Ajustes do prejuízo do período			
Depreciação e Amortização		60	69
Provisão para Operações de Crédito	6.e	803	-
Prejuízo do período ajustado		(89)	(1.776)
Variação nas contas ativas e passivas			
Ativas		(504)	(2.108)
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários		(1.107)	(88)
Redução (aumento) das Operações de Crédito		7	(2.232)
Redução (aumento) dos Outros Créditos		(1.505)	(1.703)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens		2.101	1.915
Passivas		9.033	(279)
Aumento (redução) Obrigações por Repasses do País		(388)	(141)
Aumento (redução) Outras Obrigações		9.421	(138)
Caixa gerado (ou aplicado) nas atividades operacionais		8.440	(4.163)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação no Imobilizado		-	(34)
Caixa aplicado nas atividades investimentos		-	(34)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de Capital		1	-
Caixa gerado nas atividades financiamento		1	-
Geração (ou aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		8.441	(4.197)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4/5	8.624	12.701
Caixa e equivalente de caixa no final do período	4/5	17.065	8.504
Geração (ou aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		8.441	(4.197)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Findas em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

1.1. Efeitos da COVID-19 sobre as demonstrações financeiras

A Agência desde o início do surto do novo Coronavírus (COVID-19), no Brasil, mantém acompanhamento próximo e diário dos impactos deste evento em suas operações. Diversas medidas e protocolos vêm sendo adotados no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de seus colaboradores, tanto no contexto administrativo como operacional, além de se determinar planos de contingência para a sustentação de suas operações. Os canais de comunicação da companhia com seus colaboradores vêm sendo utilizados na conscientização acerca de cuidados necessários para evitar o contágio e a transmissão do vírus.

Os planos de contingência envolvem diversas frentes de atuação: (1) implantação do regime de trabalho remoto, (2) acompanhamento de casos sintomáticos pela área de segurança e medicina do trabalho para medidas imediatas de encaminhamento de cada caso, em conformidade com as orientações das autoridades, e (3) eventuais planos de contingência para fazer face ao aumento da inadimplência nas operações de crédito.

Embora as operações da Agência não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, não temos como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados a cenários da pandemia e, portanto, seguimos com o monitoramento de futuros impactos financeiros e avaliação de ações a serem tomadas, assim como garantimos que as decisões da Agência sejam constantemente atualizadas considerando as orientações de saúde em vigor no Brasil e no mundo.

A administração da Agência entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2022, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante de caixa e dos gastos, a Agência, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data.

1.2. Guerra da Ucrânia

A invasão da Ucrânia pela Rússia, na última semana do mês de fevereiro de 2022, causou forte reação nos preços dos ativos globais, impacto nas economias mundiais e efeitos inflacionários advindos do choque de commodities.

Como a Rússia é a grande fornecedora de petróleo e gás natural para a União Europeia, sanções sobre as exportações da Rússia elevaram o preço do petróleo e gás natural; a elevação dos preços agrícolas, como o trigo e o milho, pressionou também os insumos agrícolas nos mercados, e de alguma forma causou desaceleração das economias mundiais e alta da inflação.

Em função das incertezas acerca do conflito, analistas acreditam que o mercado europeu continue sendo o mais prejudicado e, diante da importância dos russos na produção de gás e petróleo, estimam que os efeitos inflacionários continuem no curto e médio prazo. A Agência está monitorando atentamente as repercussões desse conflito e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no segmento em que atua.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos das normas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN: CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 - Ativo Intangível; CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 – Benefícios a Empregados, CPC 41 – Resultado por ação e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Agência.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão.

A autorização para o fechamento das demonstrações financeiras da Agência, referente ao período findo em 30 de junho de 2022, foi realizada pela Diretoria em 19 de agosto de 2022.

3. Principais Práticas Contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades e de títulos e valores mobiliários, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de aplicação em fundo de investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com as normas do Banco Central do Brasil (Bacen) quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Bacen, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito foi considerada suficiente pela administração, e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen, por meio da Resolução nº 2.682/1999.

d) Ativo Imobilizado e Intangível

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo Bacen e divulgadas a seguir:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança;
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte.

Os valores registrados no intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o prazo e o vencimento final dos contratos.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e não circulante, do ativo e passivo, obedece ao Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Agência adota a sistemática de apuração do imposto de renda pelo lucro real, utilizando a alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

g) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento, opcionalmente, passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Desenvolvimento.

h) Passivos Contingentes

São avaliados e reconhecidos com base em parecer da diretoria jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como **perda provável**, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado, para os processos classificados como de **perda possível** onde não requer a provisão, é realizada a divulgação em notas explicativas e para processos classificados com **perda remota** não são efetuadas provisões ou divulgações.

i) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem, independente do recebimento ou pagamento, respectivamente, e em consonância com o disposto no COSIF.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estava assim composto:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas Correntes - Banco do Brasil	68	22
Títulos e Valores Mobiliários - Circulante (nota explicativa nº 5)	16.997	8.602
TOTAL	17.065	8.624

5. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

Categoria	Prazos	30/06/2022		31/12/2021	
		Saldo	Receitas	Saldo	Receitas
LFT - Vinculado ao Bacen	01/09/2023	-	-	1.325	20
Fundo Invest. Renda Fixa	Sem vencimento	16.997	405	7.277	335
Circulante		16.997	405	8.602	355
LFT - Vinculado ao Bacen	01/03/2023	5.375	290	4.268	227
Não Circulante		5.375	290	4.268	227
TOTAL		22.372	695	12.870	582

Os valores de R\$ 5.375 mil registrados em Letras Financeiras do Tesouro correspondem a 454 títulos com vencimento em 1 de março de 2023. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento ou antecipado.

A aplicação de R\$ 16.997 mil em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no semestre de 5,02% correspondente a 96% do CDI.

Em 30 de junho 2022, a Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com os riscos apresentados em relação ao tomador e seus garantidores, levando-se em conta situações de renda/faturamento, patrimônio e demais informações cadastrais, conforme Resolução nº 2.682/1999 do Bacen.

As rendas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta rendas a apropriar, calculadas *pró-rata* dia. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

a) Composição por atividade econômica

Setor Privado	30/06/2022			31/12/2021		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	2.491	2.649	5.140	2.544	2.674	5.218
Microcrédito	4.862	3.191	8.053	4.524	3.935	8.459
Turismo	1.235	3.258	4.493	1.017	3.765	4.782
Indústria	65	84	149	11	15	26
TOTAL	8.653	9.182	17.835	8.096	10.389	18.485

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

Nível de Risco	Faixa de Atraso	30/06/2022		31/12/2021	
		Valor	%	Valor	%
AA	-	1.049	6	605	3
A	Até 14 dias	7.563	42	6.710	36
B	15 e 30 dias	3.246	18	4.532	25
C	31 e 60 dias	2.199	12	3.058	17
D	61 e 90 dias	732	4	787	4
E	91 e 120 dias	498	3	412	2
F	121 e 150 dias	565	3	584	3
G	151 e 180 dias	490	3	485	3
H	Acima de 180 dias	1.493	8	1.312	7
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		17.835	100	18.485	100

c) Composição vincendas e vencidas

Classificação - Nível de Risco	30/06/2022			31/12/2021		
	Vincendas	Vencidas	Total	Vincendas	Vencidas	Total
AA	1.049	-	1.049	605	-	605
A	7.563	-	7.563	6.710	-	6.710
B	2.753	493	3.246	3.496	1.036	4.532
C	213	1.986	2.199	1.598	1.460	3.058
D	184	548	732	132	655	787
E	62	436	498	35	377	412
F	68	497	565	231	353	584
G	81	409	490	22	463	485
H	90	1.403	1.493	34	1.278	1.312
TOTAL	12.063	5.772	17.835	12.863	5.622	18.485

d) Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	30/06/2022		31/12/2021	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
AA	0	1.049	-	605	-
A	0,5	7.563	38	6.710	34
B	1	3.246	32	4.532	45
C	3	2.199	66	3.058	92
D	10	732	73	787	79
E	30	498	149	412	124
F	50	565	282	584	292
G	70	490	343	485	339
H	100	1.493	1.493	1.312	1.312
TOTAL		17.835	2.477	18.485	2.317

e) Movimentação da estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no Início do Período	2.317	1.240
Constituição da Provisão	803	2.043
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(513)	(510)
(-) Reversão de Provisão	(130)	(456)
TOTAL	2.477	2.317

f) Créditos Renegociados

	30/06/2022	31/12/2021
Renegociação	649	751

g) Recuperação de crédito baixado como prejuízo acumulado

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no Início do Período	2.863	2.658
Créditos baixados como prejuízo	513	510
(-) Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(108)	(249)
(+ ou -) Descontos	42	(56)
Saldo no Fim do Período	3.310	2.863

h) Garantias

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a Agência aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais em alienação fiduciária de bens móveis e imóveis.

7. Outros Créditos

Nesse subgrupo são registradas rendas a receber, adiantamentos, ressarcimento a receber, antecipações salariais e provisões de outros créditos de liquidação duvidosa, tendo como origem ativos financeiros não recebidos:

	30/06/2022	31/12/2021
Rendas a Receber	112	29
Diversos (a)	3.473	2.006
(-) Provisões Outros Créditos (b)	(48)	(3)
TOTAL	3.537	2.032

(a) O montante de R\$ 3.415 mil se refere por valores a receber da venda de ativos não financeiros mantidos para venda (imóveis).

(b) Provisão constituída sobre recebíveis das vendas de ativos não financeiros mantidos para venda.

8. Outros Valores e Bens

O subgrupo de outros valores e bens estava assim composto:

	30/06/2022	31/12/2021
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	-	2.111
Outros Bens	70	60
TOTAL	70	2.171

9. Imobilizado

O quadro a seguir demonstra o saldo e a movimentação do imobilizado e as respectivas depreciações:

	30/06/2022	Adições	Baixas	31/12/2021
Imobilizado Uso				
INSTALAÇÕES	350	-	-	350
MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	1.080	-	-	1.080
VEÍCULOS	209	-	-	209
SUB-TOTAL	1.639	-	-	1.639
Depreciações Acumuladas				
(-) INSTALAÇÕES	(242)	(18)	-	(224)
(-) MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	(925)	(39)	-	(886)
(-) VEÍCULOS	(209)	-	-	(209)
SUB-TOTAL	(1.376)	(57)	-	(1.319)
TOTAL	263	(57)	-	320

Os bens do imobilizado são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Agência entende que as premissas conhecidas não apontaram a necessidade de ajuste contábil de *impairment*.

10. Obrigações para Repasse no País – Instituições Oficiais

A Agência firmou contrato de credenciamento com o Ministério do Turismo no valor de R\$ 10.634 mil, conforme Contrato nº 001/2019, Processos nºs 72031.002395/2019-47 e 72031.013504/2019-51, tendo como objeto a prestação de serviços, na intermediação das operações de financiamentos para empresas do segmento de turismo, devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turismo do MTur – Cadastur.

Os recursos do FUNGETUR disponibilizados e enquanto não desembolsados aos mutuários, bem como as parcelas referentes às amortizações dos financiamentos e enquanto não repassadas ao FUNGETUR, são remunerados, *pro rata die*, pela taxa SELIC.

A partir do desembolso dos financiamentos aos mutuários, até as datas estipuladas para as amortizações desses financiamentos, incidirá atualização monetária, *pro rata die*, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou por outro índice que legalmente venha a substituí-lo. O valor é devido ao FUNGETUR pelos mutuários, sendo recolhido pela Agência.

FUNGETUR	30/06/2022	31/12/2021
Curto Prazo	1.331	1.091
Longo Prazo	8.568	9.196
TOTAL	9.899	10.287

Do montante contratual no *caput*, foi disponibilizado no dia 9 de abril de 2020 o valor de R\$ 5.317 mil e no dia 21 de setembro de 2020 o valor de R\$ 5.317 mil, havendo saldo de negociações de financiamentos junto a mutuários, no período findo em 30 de junho de 2022, no valor de R\$ 4.490 mil, conforme apresentado no quadro a seguir:

Recurso - FUNGETUR	30/06/2022			31/12/2021		
	Até 360	Acima de 360	Total	Até 360	Acima de 360	Total
Fungetur Aquisição de Bens e Giro	122	340	462	76	406	482
Fungetur Capital de Giro	1.087	1.873	2.960	935	2.306	3.241
Fungetur Obras Cíveis	23	1.045	1.068	1	1.053	1.054
TOTAL	1.232	3.258	4.490	1.012	3.765	4.777

11. Outras Obrigações

É composta por tributos, encargos trabalhistas, remunerações a colaboradores, passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*), obrigações com terceiros por serviços tomados, passivos contingentes e outras obrigações, conforme quadro a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
COBRANÇA ARRECADAÇÃO TRIBUTOS		
IOF- OP. Crédito	1	1
SUB-TOTAL	1	1
FISCAIS PREVIDENCIARIAS		
Imp. Contrib. s/ Serv. Terceiros	9	37
Imp. Contrib. s/ Salários	120	128
Outros Imp. Contribuições	22	24
SUB-TOTAL	151	189
DIVERSAS		
Prov. Despesas Pessoal	247	262
Prov. Outras Despesas Administrativas	78	82
Prov. Passivos Contingentes (b)	46	46
Credpres Deversos-País	148	670
SUB-TOTAL	519	1.060
Dotação p/ Aumento de Capital (a)	10.000	-
TOTAL	10.671	1.250

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos.

(a) Aporte realizado pelo acionista majoritário (Governo do Estado de Tocantins), conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 13 de junho de 2022.

(b) Provisões e Passivo Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes:

Contingência Passiva	Linha de Crédito	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado	
				30/06/2022	31/03/2022
Contingência Civil Passiva (ação de indenização)	Microcrédito	11/10/2012	PROVÁVEL	9	9
Contingência Civil Passiva (embargos à execução)	Comércio	14/03/2014	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	32	32
Contingência Trabalhista Passiva (reclamação trabalhista)	-	05/07/2017	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	5	5
TOTAL				46	46

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2022 é de R\$ 41.411 mil e integralizado é de 41.301 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social da Agência apresentava a seguinte posição.

(Em reais, sem centavos)

ACIONISTAS	TIPOS DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO (%)	NÚMERO DE AÇÕES	VALOR DAS AÇÕES	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	41.162.189	41.162.189	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	41.411	29.841	11.569
FIETO	O.N.	0,1	6.000	41.411	28.533	12.877
FAET	O.N.	0,1	6.000	41.411	28.131	13.280
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	41.411	29.841	11.569
FACIET	O.N.	0,1	6.000	41.411	12.701	28.710
SICON	O.N.	0,1	6.000	41.411	9.683	31.728
TOTAL		100	6.000.000	41.410.655	41.300.919	109.733

b) Prejuízos Acumulados

A Agência apresentava o seguinte saldo de prejuízos acumulados:

	30/06/2022	31/12/2021
RESULTADO ACUMULADO		
Resultado de exercícios anteriores	(19.397)	(16.307)
Resultado do período	(952)	(3.090)
TOTAL	(20.349)	(19.397)

A Agência vem apresentando prejuízo nos últimos exercícios sociais, diminuindo o patrimônio líquido e fazendo surgir a necessidade de aportes de capital social, de forma a atender os indicadores e índices exigidos das instituições financeiras, por meio dos normativos do Bacen e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

13. Receita de Intermediação Financeira

A Agência apurou, no período, as receitas de intermediação financeira, conforme quadros a seguir:

	30/06/2022	30/06/2021
Operações de Crédito	1.483	1.040
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	695	192
TOTAL	2.178	1.232

Estando, os valores, assim compostos:

	30/06/2022	30/06/2021
RENDAS OPERAÇÕES CREDITO	1.483	1.040
Rendas de Empréstimos	1.294	938
Rendas de Financiamentos	189	102
RENDAS TIT. VAL. MOBILIÁRIOS	695	192
Rendas de Tít. de Renda Fixa	290	88
Rendas de Aplicações em Fundos	405	104
TOTAL	2.178	1.232

14. Despesas de Intermediação Financeira

A Agência teve despesas com intermediação financeira no montante demonstrado a seguir:

	30/06/2022	30/06/2021
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(857)	(1.044)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	138	89
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	108	87
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(287)	(94)
TOTAL	(898)	(962)

15. Despesas de Pessoal e Honorários

Composto por honorários do conselho fiscal, conselho administrativo, ajuda de custo, vale transporte, encargos previdenciários (FGTS e INSS) e remuneração dos colaboradores, conforme quadro a seguir:

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com Honorários	(143)	(150)
Despesas com Pessoal - Benefícios	(288)	(297)
Despesas com Pessoal - Encargos	(248)	(288)
Despesas com Pessoal - Proventos	(654)	(702)
Despesas com Pessoal - Treinamento	(2)	(1)
Despesas com Remuneração - Estagiários	(1)	(17)
TOTAL	(1.336)	(1.455)

16. Outras Despesas Administrativas

Esse subgrupo apresenta a seguinte composição:

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com Energia, Água e Gás	(40)	(37)
Despesas com Aluguéis	(81)	(72)
Despesas com Comunicações	(30)	(31)
Despesas com Manutenção e Conservação de Bens	(74)	(74)
Despesas com Material	(12)	(13)
Despesas com Processamento de Dados	(366)	(267)
Despesas com Publicações	(81)	(89)
Despesas com Seguro	(4)	(4)
Despesas com Serviço Sistema	(74)	(54)
Despesas com Serviço de Vigilância	(4)	(5)
Despesas com Serviço Técnicos	(8)	(19)
Despesas com Transportes	(36)	(15)
Despesas com Viagens no País	(16)	(25)
Despesas de Amortização	(3)	(3)
Despesas de Depreciação	(56)	(66)
Outras Despesas Administrativas	(48)	(35)
TOTAL	(933)	(809)

17. Patrimônio de Referência (Acordo de Basileia)

O Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 3.865 mil. A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 10.285 mil, o que propiciará intensificar a atuação da Agência como indutora do desenvolvimento do Estado.

18. Instrumentos Financeiros

A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.

19. Seguros

A Agência objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros mantidos pela companhia estavam assim compostos.

Apólice	Seguradora	Tipo	Contratação	Vigência
1101000065018	Mapfre Seguros	Seguro Predial	31/10/2021	12 meses
0531103028297	Porto Seguro	Seguro Veículos	03/02/2023	12 meses
0531103114622	Porto Seguro	Seguro Veículo	28/06/2023	12 meses

20. Transações com Partes Relacionadas

A Agência tem como principal acionista o Governo do Estado do Tocantins e no semestre findo em 30 de junho de 2022 não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

21. Recursos Humanos

O quadro atual de pessoal é composto por 39 funcionários, sendo 30 celetistas contratados por tempo indeterminado sem concurso público, incluindo a Diretoria Executiva, e 9 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

22. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – FDESTO

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins (FDESTO) regido pela Lei nº 3.665 de 12 de maio de 2020, tem por objetivo de fomentar a economia, com vistas a desenvolver a produção e a comercialização de produtos e serviços, nos setores da indústria, agroindústria, piscicultura e comércio, por meio de financiamento orientado a micro, pequenos e médios empreendimentos, considerados relevantes para o desenvolvimento com sustentabilidade do Estado, com enfoque econômico.

Em 30 de junho de 2022, há um saldo registrado em contas de compensação da Agência, no valor de R\$ 15.886 mil, referente ao total dos ativos do FDESTO. A Agência receberá à título de remuneração pela administração do Fundo o percentual de 0,50% e 0,60% a.m., sobre a carteira ativa dos créditos liberados.

23. Gerenciamento de Risco

A Agência adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

São apresentados os principais riscos relacionados às atividades da Agência, além de detalhar o apetite de riscos em suas atividades e de estratégias de identificação, monitoramento, gestão e mitigação deles.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

23.1. Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez visa garantir que a Agência cumpra com suas obrigações, mesmo em períodos de estresse prolongados, sem prejudicar os negócios, evitando perdas consideráveis, sendo controlada pelo indicador de liquidez da Instituição.

A gestão do risco de liquidez ocorre pela determinação de um volume de recursos, composta de ativos líquidos de alta qualidade necessários para honrar com as obrigações em longos cenários de estresse.

Nesse ínterim, são determinados limites para os Indicadores de Liquidez da Agência, com o propósito de preservar fontes de captações pulverizadas e de baixo custo para manter um nível de caixa adequado as obrigações da instituição, garantindo a continuidade em situações de estresse.

23.2. Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é realizada pelo acompanhamento da carteira de crédito e dos indicadores de inadimplência consolidados.

O procedimento de liberação de crédito zela pela qualidade, segurança e liquidez no emprego dos ativos de crédito, com o propósito de manter eficiência e rentabilidade na carteira de crédito, através de controles com alçadas operacionais para liberação de crédito. As renegociações de crédito são submetidas aos mesmos controles de uma concessão inicial.

A Agência busca segurança e qualidade da carteira, através de lastros compatíveis com os riscos assumidos, dado os volumes, períodos e objetivos dos créditos liberados e retendo provisionamento apropriados com níveis de concentração aceitáveis.

23.3. Risco de Mercado

A Agência controla diariamente a expectativa de perdas em função da variação de preços e taxas dos ativos financeiros, uma vez que existe a possibilidade de as operações apresentarem descasamentos de indexadores e prazos.

As métricas controladas têm o objetivo de assegurar a composição apropriada dos portfólios através do mapeamento dos fatores de riscos e do acompanhamento de limites, buscando o desenvolvimento sustentável dos negócios e volatilidade reduzida dos resultados.

23.4. Risco Operacional

Perdas operacionais decorrentes de erros, não conformidades ou procedimentos inapropriados, de sistemas ou colaboradores, ou de eventualidades são reportadas internamente, processadas pela coordenadoria de risco, e um plano de ação mitigatório efetivo é implementado.

A Agência busca minimizar os riscos operacionais relativos à corrupção, fraudes, descumprimentos propositais de questões regulamentares ou legislativas, e, também, minimizar erros humanos ou de processos na execução de negócios e das tarefas de suporte.

23.5. Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e a Diretoria Executiva a política de gerenciamento de capital, a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência, bem como, sua estrutura, em conformidade com a resolução do CMN e normas complementares.

23.5.1. Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I - Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Agência adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

23.5.2. Objetivos

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

23.6. Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição em possíveis situações adversas e extremas. Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e peculiares.

Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidencia, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados como uma ferramenta de Gerenciamento de Riscos e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.

23.7. Declaração de Apetite a Risco – RAS

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e a Diretoria Executiva a Declaração de Apetite aos Riscos. A RAS contém:

- Os tipos de riscos e os respectivos níveis que a Agência está disposta a assumir;
- A capacidade de a Agência gerenciar riscos de forma efetiva e prudente;
- Os objetivos estratégicos da Agência; e
- As condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a Agência atua.

23.8. Risco Socioambiental

A Agência estabelece rotinas e procedimentos para identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental das atividades e operações realizadas por quaisquer empresas junto a Agência. Tais rotinas e procedimentos são realizados, considerando os princípios da proporcionalidade e relevância das operações e setores de atuação do cliente, bem como eventuais especificidades.

23.9. Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 9.613/1998 com redação da Lei nº 12.683/2012 e a Circular Bacen nº 3.978/2020, com suas normas complementares, a Agência possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, bem como estabelece a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.

23.10. Segurança Cibernética

São considerados riscos de segurança cibernético, riscos que afetam diretamente a confidencialidade das informações corporativas e/ou dos clientes da Agência e/ou que afetam suas operações.

Diante do exposto, o referido risco é um potencial associado à exploração de uma ou mais vulnerabilidades de um recurso (ou conjunto de recursos) ou de processos, por parte de uma ou mais ameaças, com impacto negativo nos recursos afetados, por conseguinte na atividade e negócio da organização.

A avaliação das práticas de segurança é realizada no desenvolvimento de qualquer sistema relevante, tornando o processo de concepção dos sistemas construídos dentro da Agência, mais confiável e com controle de auditoria, atendendo aos requisitos e metodologia interna, assegurando que as informações processadas sejam protegidas.

Palmas, 19 de agosto de 2022.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora-Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES Fimdo em 30 de junho 2022

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Findo em 30 de junho 2022

Conteúdo:

✓ Apresentação.....	pág. 04
✓ Metodologia do trabalho.....	pág. 06
✓ Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras findas em 30 de junho 2022.....	pág. 08
✓ Demonstrações financeiras e notas explicativas.....	pág. 13



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Findo em 30 de junho 2022

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

(1.1) Com vistas à execução dos trabalhos referente à auditoria independente, voltada ao exame das demonstrações financeiras em **30 de junho 2022**, informamos que analisamos os documentos no período de **1 a 25 de agosto de 2022** da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A. (FOMENTO TOCANTINS)**.

(1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.



✓ **Apresentação**



APRESENTAÇÃO

Firma de Auditoria

Nome empresarial: **CONVICTA Auditores Independentes S/S**

Endereço: Rua Dom Vital, 115, Sala 15, Farol, Cep 57.051-200,
Maceió - Alagoas - Fone: +55 82 3035-4642

Inscrições: CNPJ nº 03.061.922/0001-05
CRC/AL nº 196 - CVM nº 7.706 - CNAI-PJ nº 62
CVM / BACEN / SUSEP / OCB / IBRACON / IIA Brasil / MP-AL

Responsável Técnico: Carlos Henrique do Nascimento
Contador - CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

Instituição Auditada

Nome empresarial: **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO
TOCANTINS S.A. (FOMENTO TOCANTINS)**

Endereço: Rua SO 9, Quadra 103, Sul, n. 04, Plano Diretor Sul,
Cep 77.015-032, Palmas – Tocantins.

Inscrição: CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Diretora Presidente: Denise Rocha Domingues

Diretor Operacional: Jorge Luiz Matheus

Contador: Antoniel Pontes Fernandes
CRC/TO - 003075/O-7



✓ Metodologia do Trabalho



METODOLOGIA DO TRABALHO

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria independente, instituídas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise das operações, realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para esse tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise de controles internos existentes na Instituição.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípua a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto a seguir:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contato com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Conhecimento e análise das transações praticadas, com a finalidade de conhecer os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções básicas de seus controles internos, operacionais e contábeis;
- d) Avaliação e mensuração dos sistemas de controles internos utilizados, visando a constatação de sua segurança, principalmente, no tocante a existência da segregação de funções e responsabilidades;
- e) Testes das transações escrituradas na contabilidade, com base nos relatórios e demonstrativos contábeis, a fim de avaliar a sua consistência e o cumprimento dos contratos, normas e dispositivos legais;
- f) Quantificação e avaliação realizadas sobre os saldos das rubricas integrantes das demonstrações financeiras, visando, com base nos resultados das constatações, apresentar este relatório, expressando nossa opinião sobre as demonstrações financeiras; e
- g) Avaliação da base contábil de continuidade operacional usada pela Administração.

✓ **Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
findas em 30 de junho de 2022**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Diretoria da
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.
Palmas - Tocantins

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A. (“FOMENTO TOCANTINS”)**, que compreendem o balanço patrimonial em **30 de junho 2022**, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FOMENTO TOCANTINS** em **30 de junho 2022**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **FOMENTO TOCANTINS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

(a) Impactos causados pela pandemia da COVID-19

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1.1, no tocante aos efeitos do COVID-19 sobre as demonstrações financeiras. A administração da **FOMENTO TOCANTINS** entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações contábeis findas em **30 de junho de 2022**, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante do caixa estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

(b) Guerra da Ucrânia

Conforme nota explicativa nº 1.2, a invasão da Ucrânia pela Rússia, no mês de fevereiro de 2022, causou forte reação nos preços dos ativos globais e efeitos inflacionários advindos do choque de commodities. Como a Rússia é a grande fornecedora de petróleo e gás natural para a União Europeia, sanções sobre exportações da Rússia elevaram o preço do petróleo e gás natural, e em conjunto com a elevação dos preços agrícolas, como o trigo, milho e insumos agrícolas nos mercados, tem causado desaceleração das economias mundiais e alta de inflação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

(c) Prejuízos Acumulados

Chamamos à atenção para o fato da **FOMENTO TOCANTINS**, no período findo em **30 de junho de 2022**, conforme nota explicativa nº 12.b, vem apresentando prejuízos ao longo dos últimos exercícios sociais, diminuindo o patrimônio líquido e fazendo surgir a necessidade de aportes de capital social para manutenção das operações, originados essencialmente do seu acionista majoritário, o Governo do Estado do Tocantins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

(d) Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – FDESTO

Conforme nota explicativa nº 22, em 30 de junho de 2022, há um saldo registrado em contas de compensação, no valor de R\$ 15.886 mil, referente ao total dos ativos do FDESTO - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins (FDESTO), regido pela Lei nº 3.665 de 12 de maio de 2020. A Agência receberá à título de remuneração pela administração do Fundo o percentual de 0,50% e 0,60% a.m., sobre a carteira ativa dos créditos liberados. Nossa opinião não está modificada quanto a esse assunto.

Outros assuntos

Revisão dos valores correspondentes as demonstrações financeiras de períodos anteriores

O balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2021 foi por nós revisado e emitimos relatório, datado em 20 de maio de 2022, sem modificação de opinião e com ênfases sobre: (a) impactos causados pela pandemia da COVID-19, (b) guerra da Ucrânia, e (c) prejuízos acumulados, enquanto os valores referentes as demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, referentes ao período findo em 30 de junho de 2021, que estão sendo apresentadas pela administração da **FOMENTO TOCANTINS** como informações suplementares e comparativas, foram revisadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado em 13 de agosto de 2021, com modificação de opinião sobre o tema de ativos não financeiros mantidos para venda.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da **FOMENTO TOCANTINS** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **FOMENTO TOCANTINS** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **FOMENTO TOCANTINS** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **FOMENTO TOCANTINS** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- (a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- (b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **FOMENTO TOCANTINS**.
- (c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- (d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **FOMENTO TOCANTINS** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 25 de agosto de 2022.

C O N V I C T A
Audidores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI-PJ nº 062


Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594



✓ **Demonstrações financeiras e notas explicativas**



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30/06/2022	31/12/2021	PASSIVO	Notas	30/06/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		26.848	18.606	CIRCULANTE		12.002	2.341
DISPONIBILIDADES	4	68	22	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	10	1.331	1.091
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4/5	16.997	8.602	Fungetur		1.331	1.091
Cotas de Fundos de Investimento		16.997	7.277	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	10.671	1.250
Títulos de Renda Fixa - LFT - Vinculados ao Bacen		-	1.325	Cobrança e Arrecadação		1	1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	6.176	5.779	Fiscais e Previdenciárias		151	189
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		8.653	8.096	Diversas		519	1.060
(-) Provisão para Operações de Crédito		(2.477)	(2.317)	Dotação p/ Aumento de Capital		10.000	-
OUTROS CRÉDITOS	7	3.537	2.032				
OUTROS VALORES E BENS	8	70	2.171				
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda		-	2.111				
Outros Bens		70	60				
NÃO CIRCULANTE		14.827	14.987	NÃO CIRCULANTE		8.568	9.196
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.557	14.657	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	10	8.568	9.196
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	5.375	4.268	Fungetur		8.568	9.196
Títulos de Renda Fixa - LFT - Vinculados ao Bacen		5.375	4.268				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	9.182	10.389	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.105	22.056
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		9.182	10.389	CAPITAL SOCIAL	12.a	41.301	41.300
INVESTIMENTOS		1	1	De Domiciliados no País		41.411	41.411
IMOBILIZADO	9	263	320	(-) Capital a Realizar		(110)	(111)
Imobilizações de Uso		1.639	1.639	RESERVAS DE LUCROS		153	153
(-) Depreciações Acumuladas		(1.376)	(1.319)	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	12.b	(20.349)	(19.397)
INTANGÍVEL		6	9				
Ativos Intangíveis		51	51				
(-) Amortizações Acumuladas		(45)	(42)				
Total do Ativo		41.675	33.593	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		41.675	33.593

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações de Resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
		1º Semestre	1º Semestre
		30/06/2022	30/06/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
	13	2.178	1.232
Operações de Crédito		1.483	1.040
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	695	192
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
	14	(898)	(962)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(719)	(955)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		108	87
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		(287)	(94)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.280	270
(-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.232)	(2.115)
Despesas de Pessoal e Honorários	15	(1.336)	(1.455)
Outras Despesas Administrativas	16	(933)	(809)
Despesas Tributárias		(131)	(91)
Outras Despesas Operacionais		(90)	(55)
(+) Receitas de Prestação de Serviços		232	284
(+) Outras Receitas Operacionais		26	17
Despesas Provisões Passivas		-	(6)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(952)	(1.845)
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	12.b	(952)	(1.845)
Nº de ações do capital social realizado		6.000.000	6.000.000
Resultado líquido por ação (lote de mil ações)		(0,1587)	(0,3075)
Valor patrimonial das ações (lote de mil ações)		3,5175	3,6760

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.
CNPJ nº 05.474.540/0001-20
Demonstrações de Resultado Abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		<u>1º Semestre</u>	<u>1º Semestre</u>
		<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
RESULTADO LÍQUIDO	12.b	(952)	(1.845)
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		<u>(952)</u>	<u>(1.845)</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros - Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		39.996	153	(16.307)	23.842
Resultado do Período				(1.845)	(1.845)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021		39.996	153	(18.152)	21.997
MUTAÇÕES DO PERÍODO		-	-	(1.845)	(1.845)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		41.300	153	(19.397)	22.056
Integralização de Capital		1			1
Resultado do Período	12.b			(952)	(952)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	12.a	41.301	153	(20.349)	21.105
MUTAÇÕES DO PERÍODO		1	-	(952)	(951)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
		1º Semestre	1º Semestre
		30/06/2022	30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período	12.b	(952)	(1.845)
Ajustes do prejuízo do período			
Depreciação e Amortização		60	69
Provisão para Operações de Crédito	6.e	803	-
Prejuízo do período ajustado		(89)	(1.776)
Variação nas contas ativas e passivas			
Ativas		(504)	(2.108)
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários		(1.107)	(88)
Redução (aumento) das Operações de Crédito		7	(2.232)
Redução (aumento) dos Outros Créditos		(1.505)	(1.703)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens		2.101	1.915
Passivas		9.033	(279)
Aumento (redução) Obrigações por Repasses do País		(388)	(141)
Aumento (redução) Outras Obrigações		9.421	(138)
Caixa gerado (ou aplicado) nas atividades operacionais		8.440	(4.163)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação no Imobilizado		-	(34)
Caixa aplicado nas atividades investimentos		-	(34)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de Capital		1	-
Caixa gerado nas atividades financiamento		1	-
Geração (ou aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		8.441	(4.197)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4/5	8.624	12.701
Caixa e equivalente de caixa no final do período	4/5	17.065	8.504
Geração (ou aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		8.441	(4.197)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Findas em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

1.1. Efeitos da COVID-19 sobre as demonstrações financeiras

A Agência desde o início do surto do novo Coronavírus (COVID-19), no Brasil, mantém acompanhamento próximo e diário dos impactos deste evento em suas operações. Diversas medidas e protocolos vêm sendo adotados no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de seus colaboradores, tanto no contexto administrativo como operacional, além de se determinar planos de contingência para a sustentação de suas operações. Os canais de comunicação da companhia com seus colaboradores vêm sendo utilizados na conscientização acerca de cuidados necessários para evitar o contágio e a transmissão do vírus.

Os planos de contingência envolvem diversas frentes de atuação: (1) implantação do regime de trabalho remoto, (2) acompanhamento de casos sintomáticos pela área de segurança e medicina do trabalho para medidas imediatas de encaminhamento de cada caso, em conformidade com as orientações das autoridades, e (3) eventuais planos de contingência para fazer face ao aumento da inadimplência nas operações de crédito.



Embora as operações da Agência não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, não temos como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados a cenários da pandemia e, portanto, seguimos com o monitoramento de futuros impactos financeiros e avaliação de ações a serem tomadas, assim como garantimos que as decisões da Agência sejam constantemente atualizadas considerando as orientações de saúde em vigor no Brasil e no mundo.

A administração da Agência entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2022, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante de caixa e dos gastos, a Agência, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data.

1.2. Guerra da Ucrânia

A invasão da Ucrânia pela Rússia, na última semana do mês de fevereiro de 2022, causou forte reação nos preços dos ativos globais, impacto nas economias mundiais e efeitos inflacionários advindos do choque de commodities.

Como a Rússia é a grande fornecedora de petróleo e gás natural para a União Europeia, sanções sobre as exportações da Rússia elevaram o preço do petróleo e gás natural; a elevação dos preços agrícolas, como o trigo e o milho, pressionou também os insumos agrícolas nos mercados, e de alguma forma causou desaceleração das economias mundiais e alta da inflação.

Em função das incertezas acerca do conflito, analistas acreditam que o mercado europeu continue sendo o mais prejudicado e, diante da importância dos russos na produção de gás e petróleo, estimam que os efeitos inflacionários continuem no curto e médio prazo. A Agência está monitorando atentamente as repercussões desse conflito e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no segmento em que atua.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos das normas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN: CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 - Ativo Intangível; CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 – Benefícios a Empregados, CPC 41 – Resultado por ação e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Agência.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão.

A autorização para o fechamento das demonstrações financeiras da Agência, referente ao período findo em 30 de junho de 2022, foi realizada pela Diretoria em 19 de agosto de 2022.

3. Principais Práticas Contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades e de títulos e valores mobiliários, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de aplicação em fundo de investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com as normas do Banco Central do Brasil (Bacen) quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Bacen, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito foi considerada suficiente pela administração, e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen, por meio da Resolução nº 2.682/1999.

d) Ativo Imobilizado e Intangível

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo Bacen e divulgadas a seguir:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança;
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte.

Os valores registrados no intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o prazo e o vencimento final dos contratos.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e não circulante, do ativo e passivo, obedece ao Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Agência adota a sistemática de apuração do imposto de renda pelo lucro real, utilizando a alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

g) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento, opcionalmente, passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Desenvolvimento.

h) Passivos Contingentes

São avaliados e reconhecidos com base em parecer da diretoria jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como **perda provável**, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado, para os processos classificados como de **perda possível** onde não requer a provisão, é realizada a divulgação em notas explicativas e para processos classificados com **perda remota** não são efetuadas provisões ou divulgações.

i) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem, independente do recebimento ou pagamento, respectivamente, e em consonância com o disposto no COSIF.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estava assim composto:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas Correntes - Banco do Brasil	68	22
Títulos e Valores Mobiliários - Circulante (nota explicativa nº 5)	16.997	8.602
TOTAL	17.065	8.624



5. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

Categoria	Prazos	30/06/2022		31/12/2021	
		Saldo	Receitas	Saldo	Receitas
LFT - Vinculado ao Bacen	01/09/2023	-	-	1.325	20
Fundo Invest. Renda Fixa	Sem vencimento	16.997	405	7.277	335
Circulante		16.997	405	8.602	355
LFT - Vinculado ao Bacen	01/03/2023	5.375	290	4.268	227
Não Circulante		5.375	290	4.268	227
TOTAL		22.372	695	12.870	582

Os valores de R\$ 5.375 mil registrados em Letras Financeiras do Tesouro correspondem a 454 títulos com vencimento em 1 de março de 2023. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento ou antecipado.

A aplicação de R\$ 16.997 mil em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no semestre de 5,02% correspondente a 96% do CDI.

Em 30 de junho 2022, a Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com os riscos apresentados em relação ao tomador e seus garantidores, levando-se em conta situações de renda/faturamento, patrimônio e demais informações cadastrais, conforme Resolução nº 2.682/1999 do Bacen.

As rendas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta rendas a apropriar, calculadas *pró-rata* dia. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

a) Composição por atividade econômica

Setor Privado	30/06/2022			31/12/2021		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	2.491	2.649	5.140	2.544	2.674	5.218
Microcrédito	4.862	3.191	8.053	4.524	3.935	8.459
Turismo	1.235	3.258	4.493	1.017	3.765	4.782
Indústria	65	84	149	11	15	26
TOTAL	8.653	9.182	17.835	8.096	10.389	18.485



b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

Nível de Risco	Faixa de Atraso	30/06/2022		31/12/2021	
		Valor	%	Valor	%
AA	-	1.049	6	605	3
A	Até 14 dias	7.563	42	6.710	36
B	15 e 30 dias	3.246	18	4.532	25
C	31 e 60 dias	2.199	12	3.058	17
D	61 e 90 dias	732	4	787	4
E	91 e 120 dias	498	3	412	2
F	121 e 150 dias	565	3	584	3
G	151 e 180 dias	490	3	485	3
H	Acima de 180 dias	1.493	8	1.312	7
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		17.835	100	18.485	100

c) Composição vencidas e vencidas

Classificação - Nível de Risco	30/06/2022			31/12/2021		
	Vincendas	Vencidas	Total	Vincendas	Vencidas	Total
AA	1.049	-	1.049	605	-	605
A	7.563	-	7.563	6.710	-	6.710
B	2.753	493	3.246	3.496	1.036	4.532
C	213	1.986	2.199	1.598	1.460	3.058
D	184	548	732	132	655	787
E	62	436	498	35	377	412
F	68	497	565	231	353	584
G	81	409	490	22	463	485
H	90	1.403	1.493	34	1.278	1.312
TOTAL	12.063	5.772	17.835	12.863	5.622	18.485

d) Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	30/06/2022		31/12/2021	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
AA	0	1.049	-	605	-
A	0,5	7.563	38	6.710	34
B	1	3.246	32	4.532	45
C	3	2.199	66	3.058	92
D	10	732	73	787	79
E	30	498	149	412	124
F	50	565	282	584	292
G	70	490	343	485	339
H	100	1.493	1.493	1.312	1.312
TOTAL		17.835	2.477	18.485	2.317

e) Movimentação da estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no Início do Período	2.317	1.240
Constituição da Provisão	803	2.043
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(513)	(510)
(-) Reversão de Provisão	(130)	(456)
TOTAL	2.477	2.317



f) Créditos Renegociados

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Renegociação	649	751

g) Recuperação de crédito baixado como prejuízo acumulado

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no Início do Período	2.863	2.658
Créditos baixados como prejuízo	513	510
(-) Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(108)	(249)
(+ ou -) Descontos	42	(56)
Saldo no Fim do Período	3.310	2.863

h) Garantias

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a Agência aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais em alienação fiduciária de bens móveis e imóveis.

7. Outros Créditos

Nesse subgrupo são registradas rendas a receber, adiantamentos, ressarcimento a receber, antecipações salariais e provisões de outros créditos de liquidação duvidosa, tendo como origem ativos financeiros não recebidos:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Rendas a Receber	112	29
Diversos (a)	3.473	2.006
(-) Provisões Outros Créditos (b)	(48)	(3)
TOTAL	3.537	2.032

(a) O montante de R\$ 3.415 mil se refere por valores a receber da venda de ativos não financeiros mantidos para venda (imóveis).

(b) Provisão constituída sobre recebíveis das vendas de ativos não financeiros mantidos para venda.

8. Outros Valores e Bens

O subgrupo de outros valores e bens estava assim composto:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	-	2.111
Outros Bens	70	60
TOTAL	70	2.171

9. Imobilizado

O quadro a seguir demonstra o saldo e a movimentação do imobilizado e as respectivas depreciações:

	<u>30/06/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2021</u>
Imobilizado Uso				
INSTALAÇÕES	350	-	-	350
MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	1.080	-	-	1.080
VEÍCULOS	209	-	-	209
SUB-TOTAL	1.639	-	-	1.639
Depreciações Acumuladas				
(-) INSTALAÇÕES	(242)	(18)	-	(224)
(-) MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	(925)	(39)	-	(886)
(-) VEÍCULOS	(209)	-	-	(209)
SUB-TOTAL	(1.376)	(57)	-	(1.319)
TOTAL	263	(57)	-	320

Os bens do imobilizado são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Agência entende que as premissas conhecidas não apontaram a necessidade de ajuste contábil de *impairment*.

10. Obrigações para Repasse no País – Instituições Oficiais

A Agência firmou contrato de credenciamento com o Ministério do Turismo no valor de R\$ 10.634 mil, conforme Contrato nº 001/2019, Processos nºs 72031.002395/2019-47 e 72031.013504/2019-51, tendo como objeto a prestação de serviços, na intermediação das operações de financiamentos para empresas do segmento de turismo, devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turismo do MTur – Cadastur.

Os recursos do FUNGETUR disponibilizados e enquanto não desembolsados aos mutuários, bem como as parcelas referentes às amortizações dos financiamentos e enquanto não repassadas ao FUNGETUR, são remunerados, *pro rata die*, pela taxa SELIC.

A partir do desembolso dos financiamentos aos mutuários, até as datas estipuladas para as amortizações desses financiamentos, incidirá atualização monetária, *pro rata die*, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou por outro índice que legalmente venha a substituí-lo. O valor é devido ao FUNGETUR pelos mutuários, sendo recolhido pela Agência.

FUNGETUR	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Curto Prazo	1.331	1.091
Longo Prazo	8.568	9.196
TOTAL	9.899	10.287

Do montante contratual no *caput*, foi disponibilizado no dia 9 de abril de 2020 o valor de R\$ 5.317 mil e no dia 21 de setembro de 2020 o valor de R\$ 5.317 mil, havendo saldo de negociações de financiamentos junto a mutuários, no período findo em 30 de junho de 2022, no valor de R\$ 4.490 mil, conforme apresentado no quadro a seguir:

Recurso - FUNGETUR	30/06/2022			31/12/2021		
	Até 360	Acima de 360	Total	Até 360	Acima de 360	Total
Fungetur Aquisição de Bens e Giro	122	340	462	76	406	482
Fungetur Capital de Giro	1.087	1.873	2.960	935	2.306	3.241
Fungetur Obras Cíveis	23	1.045	1.068	1	1.053	1.054
TOTAL	1.232	3.258	4.490	1.012	3.765	4.777

11. Outras Obrigações

É composta por tributos, encargos trabalhistas, remunerações a colaboradores, passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*), obrigações com terceiros por serviços tomados, passivos contingentes e outras obrigações, conforme quadro a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
COBRANÇA ARRECADAÇÃO TRIBUTOS		
IOF- OP. Crédito	1	1
SUB-TOTAL	1	1
FISCAIS PREVIDENCIARIAS		
Imp. Contrib. s/ Serv. Terceiros	9	37
Imp. Contrib. s/ Salários	120	128
Outros Imp. Contribuições	22	24
SUB-TOTAL	151	189
DIVERSAS		
Prov. Despesas Pessoal	247	262
Prov. Outras Despesas Administrativas	78	82
Prov. Passivos Contingentes (b)	46	46
Credpres Deversos-País	148	670
SUB-TOTAL	519	1.060
Dotação p/ Aumento de Capital (a)	10.000	-
TOTAL	10.671	1.250

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos.

(a) Aporte realizado pelo acionista majoritário (Governo do Estado de Tocantins), conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 13 de junho de 2022.

(b) Provisões e Passivo Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes:

Contingência Passiva	Linha de Crédito	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado	
				30/06/2022	31/03/2022
Contingência Civil Passiva (ação de indenização)	Microcrédito	11/10/2012	PROVÁVEL	9	9
Contingência Civil Passiva (embargos à execução)	Comércio	14/03/2014	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	32	32
Contingência Trabalhista Passiva (reclamação trabalhista)	-	05/07/2017	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	5	5
TOTAL				46	46

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2022 é de R\$ 41.411 mil e integralizado é de 41.301 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social da Agência apresentava a seguinte posição.

(Em reais, sem centavos)

ACIONISTAS	TIPOS DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO (%)	NÚMERO DE AÇÕES	VALOR DAS AÇÕES	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	41.162.189	41.162.189	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	41.411	29.841	11.569
FIETO	O.N.	0,1	6.000	41.411	28.533	12.877
FAET	O.N.	0,1	6.000	41.411	28.131	13.280
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	41.411	29.841	11.569
FACIET	O.N.	0,1	6.000	41.411	12.701	28.710
SICON	O.N.	0,1	6.000	41.411	9.683	31.728
TOTAL		100	6.000.000	41.410.655	41.300.919	109.733

b) Prejuízos Acumulados

A Agência apresentava o seguinte saldo de prejuízos acumulados:

	30/06/2022	31/12/2021
RESULTADO ACUMULADO		
Resultado de exercícios anteriores	(19.397)	(16.307)
Resultado do período	(952)	(3.090)
TOTAL	(20.349)	(19.397)

A Agência vem apresentando prejuízo nos últimos exercícios sociais, diminuindo o patrimônio líquido e fazendo surgir a necessidade de aportes de capital social, de forma a atender os indicadores e índices exigidos das instituições financeiras, por meio dos normativos do Bacen e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

13. Receita de Intermediação Financeira

A Agência apurou, no período, as receitas de intermediação financeira, conforme quadros a seguir:

	30/06/2022	30/06/2021
Operações de Crédito	1.483	1.040
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	695	192
TOTAL	2.178	1.232

Estando, os valores, assim compostos:

	30/06/2022	30/06/2021
RENDAS OPERAÇÕES CREDITO	1.483	1.040
Rendas de Empréstimos	1.294	938
Rendas de Financiamentos	189	102
RENDAS TIT. VAL. MOBILIÁRIOS	695	192
Rendas de Tít. de Renda Fixa	290	88
Rendas de Aplicações em Fundos	405	104
TOTAL	2.178	1.232



14. Despesas de Intermediação Financeira

A Agência teve despesas com intermediação financeira no montante demonstrado a seguir:

	30/06/2022	30/06/2021
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(857)	(1.044)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	138	89
Receurpação de Créditos Baixados como Prejuízo	108	87
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(287)	(94)
TOTAL	(898)	(962)

15. Despesas de Pessoal e Honorários

Composto por honorários do conselho fiscal, conselho administrativo, ajuda de custo, vale transporte, encargos previdenciários (FGTS e INSS) e remuneração dos colaboradores, conforme quadro a seguir:

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com Honorários	(143)	(150)
Despesas com Pessoal - Benefícios	(288)	(297)
Despesas com Pessoal - Encargos	(248)	(288)
Despesas com Pessoal - Proventos	(654)	(702)
Despesas com Pessoal - Treinamento	(2)	(1)
Despesas com Remuneração - Estagiários	(1)	(17)
TOTAL	(1.336)	(1.455)

16. Outras Despesas Administrativas

Esse subgrupo apresenta a seguinte composição:

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com Energia, Água e Gás	(40)	(37)
Despesas com Aluguéis	(81)	(72)
Despesas com Comunicações	(30)	(31)
Despesas com Manutenção e Conservação de Bens	(74)	(74)
Despesas com Material	(12)	(13)
Despesas com Processamento de Dados	(366)	(267)
Despesas com Publicações	(81)	(89)
Despesas com Seguro	(4)	(4)
Despesas com Serviço Sistema	(74)	(54)
Despesas com Serviço de Vigilância	(4)	(5)
Despesas com Serviço Técnicos	(8)	(19)
Despesas com Transportes	(36)	(15)
Despesas com Viagens no País	(16)	(25)
Despesas de Amortização	(3)	(3)
Despesas de Depreciação	(56)	(66)
Outras Despesas Administrativas	(48)	(35)
TOTAL	(933)	(809)



17. Patrimônio de Referência (Acordo de Basileia)

O Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 3.865 mil. A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 10.285 mil, o que propiciará intensificar a atuação da Agência como indutora do desenvolvimento do Estado.

18. Instrumentos Financeiros

A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.

19. Seguros

A Agência objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros mantidos pela companhia estavam assim compostos.

Apólice	Seguradora	Tipo	Contratação	Vigência
1101000065018	Mapfre Seguros	Seguro Predial	31/10/2021	12 meses
0531103028297	Porto Seguro	Seguro Veículos	03/02/2023	12 meses
0531103114622	Porto Seguro	Seguro Veículo	28/06/2023	12 meses

20. Transações com Partes Relacionadas

A Agência tem como principal acionista o Governo do Estado do Tocantins e no semestre findo em 30 de junho de 2022 não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

21. Recursos Humanos

O quadro atual de pessoal é composto por 39 funcionários, sendo 30 celetistas contratados por tempo indeterminado sem concurso público, incluindo a Diretoria Executiva, e 9 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

22. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – FDESTO

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins (FDESTO) regido pela Lei nº 3.665 de 12 de maio de 2020, tem por objetivo de fomentar a economia, com vistas a desenvolver a produção e a comercialização de produtos e serviços, nos setores da indústria, agroindústria, piscicultura e comércio, por meio de financiamento orientado a micro, pequenos e médios empreendimentos, considerados relevantes para o desenvolvimento com sustentabilidade do Estado, com enfoque econômico.

Em 30 de junho de 2022, há um saldo registrado em contas de compensação da Agência, no valor de R\$ 15.886 mil, referente ao total dos ativos do FDESTO. A Agência receberá à título de remuneração pela administração do Fundo o percentual de 0,50% e 0,60% a.m., sobre a carteira ativa dos créditos liberados.

23. Gerenciamento de Risco

A Agência adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

São apresentados os principais riscos relacionados às atividades da Agência, além de detalhar o apetite de riscos em suas atividades e de estratégias de identificação, monitoramento, gestão e mitigação deles.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

23.1. Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez visa garantir que a Agência cumpra com suas obrigações, mesmo em períodos de estresse prolongados, sem prejudicar os negócios, evitando perdas consideráveis, sendo controlada pelo indicador de liquidez da Instituição.

A gestão do risco de liquidez ocorre pela determinação de um volume de recursos, composta de ativos líquidos de alta qualidade necessários para honrar com as obrigações em longos cenários de estresse.

Nesse ínterim, são determinados limites para os Indicadores de Liquidez da Agência, com o propósito de preservar fontes de captações pulverizadas e de baixo custo para manter um nível de caixa adequado as obrigações da instituição, garantindo a continuidade em situações de estresse.

23.2. Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é realizada pelo acompanhamento da carteira de crédito e dos indicadores de inadimplência consolidados.

O procedimento de liberação de crédito zela pela qualidade, segurança e liquidez no emprego dos ativos de crédito, com o propósito de manter eficiência e rentabilidade na carteira de crédito, através de controles com alçadas operacionais para liberação de crédito. As renegociações de crédito são submetidas aos mesmos controles de uma concessão inicial.

A Agência busca segurança e qualidade da carteira, através de lastros compatíveis com os riscos assumidos, dado os volumes, períodos e objetivos dos créditos liberados e retendo provisionamento apropriados com níveis de concentração aceitáveis.

23.3. Risco de Mercado

A Agência controla diariamente a expectativa de perdas em função da variação de preços e taxas dos ativos financeiros, uma vez que existe a possibilidade de as operações apresentarem descasamentos de indexadores e prazos.

As métricas controladas têm o objetivo de assegurar a composição apropriada dos portfólios através do mapeamento dos fatores de riscos e do acompanhamento de limites, buscando o desenvolvimento sustentável dos negócios e volatilidade reduzida dos resultados.

23.4. Risco Operacional

Perdas operacionais decorrentes de erros, não conformidades ou procedimentos inapropriados, de sistemas ou colaboradores, ou de eventualidades são reportadas internamente, processadas pela coordenadoria de risco, e um plano de ação mitigatório efetivo é implementado.



A Agência busca minimizar os riscos operacionais relativos à corrupção, fraudes, descumprimentos propositais de questões regulamentares ou legislativas, e, também, minimizar erros humanos ou de processos na execução de negócios e das tarefas de suporte.

23.5. Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e a Diretoria Executiva a política de gerenciamento de capital, a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência, bem como, sua estrutura, em conformidade com a resolução do CMN e normas complementares.

23.5.1. Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I - Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Agência adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

23.5.2. Objetivos

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

23.6. Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição em possíveis situações adversas e extremas. Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e peculiares.

Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidencia, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados como uma ferramenta de Gerenciamento de Riscos e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.

23.7. Declaração de Apetite a Risco – RAS

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e a Diretoria Executiva a Declaração de Apetite aos Riscos. A RAS contém:

- Os tipos de riscos e os respectivos níveis que a Agência está disposta a assumir;
- A capacidade de a Agência gerenciar riscos de forma efetiva e prudente;
- Os objetivos estratégicos da Agência; e
- As condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a Agência atua.

23.8. Risco Socioambiental

A Agência estabelece rotinas e procedimentos para identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental das atividades e operações realizadas por quaisquer empresas junto a Agência. Tais rotinas e procedimentos são realizados, considerando os princípios da proporcionalidade e relevância das operações e setores de atuação do cliente, bem como eventuais especificidades.

23.9. Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 9.613/1998 com redação da Lei nº 12.683/2012 e a Circular Bacen nº 3.978/2020, com suas normas complementares, a Agência possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, bem como estabelece a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.

23.10. Segurança Cibernética

São considerados riscos de segurança cibernético, riscos que afetam diretamente a confidencialidade das informações corporativas e/ou dos clientes da Agência e/ou que afetam suas operações.

Diante do exposto, o referido risco é um potencial associado à exploração de uma ou mais vulnerabilidades de um recurso (ou conjunto de recursos) ou de processos, por parte de uma ou mais ameaças, com impacto negativo nos recursos afetados, por conseguinte na atividade e negócio da organização.

A avaliação das práticas de segurança é realizada no desenvolvimento de qualquer sistema relevante, tornando o processo de concepção dos sistemas construídos dentro da Agência, mais confiável e com controle de auditoria, atendendo aos requisitos e metodologia interna, assegurando que as informações processadas sejam protegidas.

Palmas, 19 de agosto de 2022.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora-Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 05 de setembro de 2022, cumprindo o que determina a Lei 6.404/76, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao primeiro semestre de 2022, findo em 30/06/2022, apreciou o Relatório da Administração, as Notas Explicativas, o parecer da Auditoria Independente e demais documentos e informações referentes ao término do semestre. Assim sendo, à vista dos documentos apresentados e considerando a manifestação contida no Parecer da CONVICTA AUDITORES S/S, o Conselho Fiscal entendendo que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 05 de setembro de 2022."

Este Documento foi assinado eletronicamente por:

- 1-JOSE PEDRO DIAS LEITE, CONSELHEIRO: Assinatura 0664344219-60 em 22/09/2022 16:27;
- 2-BRUNO BARRETO CESARINO, CONSELHEIRO: Assinatura 4244686755-73 em 23/09/2022 12:14;
- 3-FRANCISCO ALMEIDA COSTA, CONSELHEIRO: Assinatura 3581403124-49 em 22/09/2022 17:14;



Código validação: **21ffaeb1668** Link: <http://intranet.fomento.to.gov.br/edoc/validar-documento/21ffaeb1668/b8c1699e21f4a0593e9395bf83c52a8d84cf3438/>

Resolução Num. **269/2021** que normatiza a utilização de documentos através de assinatura e meio eletrônico.